ASSEMBLEIA LEGISLATIVA
DO ESTADO DE RORAIMA
A Força do Povo

DIÁRIO
DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA

Boa Vista-RR, 02 de março de 2011
Edição 1053 | Páginas: 16

Editado conforme Resolução Legislativa nº 041/08,
c/c Resolução Legislativa nº 002/10

Palácio Antônio Martins, n° 202, Centro | 6ª LEGISLATURA | 41º PERÍODO LEGISLATIVO

MESA DIRETORA

FRANCISCO DE SALES GUERRA NETO - PRESIDENTE

FRANCISCA AURELINA DE MEDEIROS LIMA
1ª VICE-PRESIDENTE

GERSON CHAGAS
2º VICE-PRESIDENTE

FRANCISCO ASSIS DA SILVEIRA
3º VICE-PRESIDENTE

JALSER RENIER PADILHA
1º SECRETÁRIO

REMÍDIO MONAI MONTESSE
2º SECRETÁRIO

ERCI DE MORAES
CORREGEDOR GERAL

MARCELO CABRAL
3º SECRETÁRIO

NALDO DA LOTERIA
4º SECRETÁRIO

GEORGE DA SILVA DE MELO
OUVIDOR GERAL

COMISSÃO DE REPRESENTAÇÃO
RESOLUÇÃO Nº 001/11

DEPUTADO FRANCISCO DE SALES GUERRA NETO - Presidente
DEPUTADO MECIAS DE JESUS
DEPUTADO ROSINALDO ADOLFO
DEPUTADO MARCELO CABRAL
DEPUTADO CHICÃO DA SILVEIRA
DEPUTADO CORONEL CHAGAS
DEPUTADO CÉLIO WANDERLEY
DEPUTADO FLAMARION PORTELA
DEPUTADO IONILSON SAMPAIO
DEPUTADO JALSER RENIER
DEPUTADO JÂNIO XINGÚ
DEPUTADO GABRIEL PICANÇO
DEPUTADO MARCELO NATANAEL
DEPUTADO JEAN FRANK
DEPUTADO RODRIGO JUCÁ
DEPUTADA ANGELA PORTELLA
DEPUTADO DHIEGO COELHO
DEPUTADO SOLDADO SAMPAIO

EXPEDIENTE

GERÊNCIA DE DOCUMENTAÇÃO GERAL

Rua Coronel Pinto, esquina com a Av. Ville Roy, nº 524 - Centro
Telefone: (95) 3623-6665

ELÂNDIA GOMES ARAÚJO
Gerente de Documentação Geral

VICTOR TAVARES PIRO
Diagramação

MATÉRIAS E PUBLICAÇÕES

As matérias publicadas no Diário Oficial da Assembleia Legislativa deverão ser entregues à Gerência de Documentação Geral através de meio magnético, em formato .doc, com cópia do documento, de segunda a sexta-feira até às 15:30h

É de responsabilidade de cada setor, gerência, secretaria e dos órgãos da Fundação Rio Branco de Educação, Rádio e Televisão as correções ou revisões das matérias por eles produzidas, bem como, o envio de documentos em tempo hábil para publicação.

SUMÁRIO

Atos Administrativos

Resoluções de Afastamentos nº 076 a 080/2011 2

Atos Legislativos

Anteprojeto de Lei Complementar nº 005/2011 3
Projeto de Lei Complementar nº 007/2011 3
Projeto de Lei nº 005/2011 3
Resolução da Mesa nº 009/2011 3
Indicação nº 014/2011 4
Indicação nº 015/2011 5
Ata da 1986ª Sessão Ordinária 5
Ata da 1983ª Sessão Ordinária na Íntegra 6

ATOS ADMINISTRATIVOS

RESOLUÇÕES DE AFASTAMENTO E SUPRIMENTOS DE FUNDOS

R E S O L U Ç Ã O Nº 076/2011

A Mesa Diretora da Assembleia Legislativa do Estado de Roraima, no uso de suas atribuições regimentais, de conformidade com a Resolução 11/92.

RESOLVE

AUTORIZAR o deslocamento do Excelentíssimo Senhor Deputado **GEORGE DA SILVA DE MELO,** para a cidade de Brasília-DF, no período de 01.03 a 04.03.2011, **sendo que a saída ocorrerá a partir das 14:00 horas do dia 01.03.2011**, aonde o mesmo buscará informações junto ao Congresso Nacional sobre a implantação de novos municípios, com ônus para este Poder.

Palácio Antônio Martins, 01 de março de 2011

Deputado FRANCISCO DE SALES GUERRA NETO
Presidente
Deputado JALSER RENIER PADILHA
1º Secretário
Deputado REMÍDIO MONAI MONTESSI
2º Secretário

R E S O L U Ç Ã O Nº 077/2011

A Mesa Diretora da Assembleia Legislativa do Estado de Roraima, no uso de suas atribuições regimentais, de conformidade com a Resolução 11/92.

RESOLVE

AUTORIZAR o deslocamento do Excelentíssimo Senhor Deputado **CÉLIO RODRIGUES WANDERLEY,** para a cidade de Fortaleza-CE, no período de 02.03 a 06.03.2011, aonde o mesmo estará visitando a Assembleia Legislativa do Estado do Ceará, com ônus para este Poder, no tocante a 4 e ½ (quatro diárias e meia).

Palácio Antônio Martins, 01 de março de 2011

Deputado FRANCISCO DE SALES GUERRA NETO
Presidente
Deputado JALSER RENIER PADILHA
1º Secretário
Deputado REMÍDIO MONAI MONTESSI
2º Secretário

R E S O L U Ç Ã O Nº 078/2011

A Mesa Diretora da Assembleia Legislativa do Estado de Roraima, no uso de suas atribuições regimentais, de conformidade com a Resolução 11/92.

RESOLVE

AUTORIZAR o deslocamento dos servidores **ALDENICE ÂNGELO DOS SANTOS, ANTONIA LUCIENE ALVES DE MELO, TAISIS DA SILVA DUARTE, DEIVID CARVALHO MACHADO e DIEGO BARBOSA RODRIGUES, Assessores Parlamentar**, para o município de Amajari, no período de 02.03 a 05.03.2011, aonde os mesmos participarão de reuniões com moradores daquele município, com ônus para este Poder.

Palácio Antônio Martins, 01 de março de 2011

Deputado FRANCISCO DE SALES GUERRA NETO
Presidente
Deputado JALSER RENIER PADILHA
1º Secretário
Deputado REMÍDIO MONAI MONTESSI
2º Secretário

R E S O L U Ç Ã O Nº 079/2011

A Mesa Diretora da Assembleia Legislativa do Estado de Roraima, no uso de suas atribuições regimentais, de conformidade com a Resolução 11/92.

RESOLVE

AUTORIZAR o deslocamento dos servidores **ELENILTON CARVALHO MACHADO, FRANCISCA PERES DE LIMA, KÁTIA MICHELA SILVA CARVALHO, MARIA DE FÁTIMA ALVES DA SILVA e REGINA SÔNIA ALVES GOMES, Assessores Parlamentar,** para o município de Normandia, no período de 02.03 a 05.03.2011, aonde os mesmos participarão de reuniões com moradores daquele município, com ônus para este Poder.

Palácio Antônio Martins, 01 de março de 2011

Deputado FRANCISCO DE SALES GUERRA NETO
Presidente
Deputado JALSER RENIER PADILHA
1º Secretário
Deputado REMÍDIO MONAI MONTESSI
2º Secretário

R E S O L U Ç Ã O Nº 080/2011

A Mesa Diretora da Assembleia Legislativa do Estado de Roraima, no uso de suas atribuições regimentais, de conformidade com a Resolução 11/92.

RESOLVE

AUTORIZAR o deslocamento dos servidores **RICARDO DANTAS SOARES, RICHARDSON CARVALHO MACHADO, RUTH LEE ARAÚJO PESSOA e MARIA TAMISA ANDRADE DA SILVA, Assessores Parlamentar**, para o município de Caracaraí, no período de 02.03 a 05.03.2011, aonde os mesmos participarão de reuniões com moradores daquele município, com ônus para este Poder.

Palácio Antônio Martins, 01 de março de 2011

Deputado FRANCISCO DE SALES GUERRA NETO
Presidente
Deputado JALSER RENIER PADILHA
1º Secretário
Deputado REMÍDIO MONAI MONTESSI
2º Secretário

R E S O L U Ç Ã O Nº 081/2011

A Mesa Diretora da Assembleia Legislativa do Estado de Roraima, no uso de suas atribuições regimentais, de conformidade com a Resolução 11/92.

RESOLVE

AUTORIZAR o deslocamento do servidor **ALEXANDRE HENRIQUE BARBOSA GIL DE SOUZA, Assessor Parlamentar**, para o município de Mucajaí, no período de 02.03 a 05.03.2011, aonde o mesmo participará de reuniões com moradores daquele município, com ônus para este Poder, no tocante a 3 e ½ (três diárias e meia).

Palácio Antônio Martins, 01 de março de 2011

Deputado FRANCISCO DE SALES GUERRA NETO
Presidente
Deputado JALSER RENIER PADILHA
1º Secretário
Deputado REMÍDIO MONAI MONTESSI
2º Secretário

R E S O L U Ç Ã O Nº 082/2011

A Mesa Diretora da Assembleia Legislativa do Estado de Roraima, no uso de suas atribuições regimentais, de conformidade com a Resolução 11/92.

RESOLVE

AUTORIZAR o deslocamento da servidora **JOANA DARK RODRIGUES, Assessora Parlamentar**, para o município de Pacaraima, no período de 02.03 a 05.03.2011, aonde a mesma participará de reuniões com moradores daquele município, com ônus para este Poder.

Palácio Antônio Martins, 01 de março de 2011

Deputado FRANCISCO DE SALES GUERRA NETO
Presidente
Deputado JALSER RENIER PADILHA
1º Secretário
Deputado REMÍDIO MONAI MONTESSI
2º Secretário

R E S O L U Ç Ã O Nº 083/2011

A Mesa Diretora da Assembleia Legislativa do Estado de Roraima, no uso de suas atribuições regimentais, de conformidade com a Resolução 11/92.

RESOLVE

AUTORIZAR o deslocamento da servidora **BENVINDA THOMÉ AVELINO, Gerente de Recursos Humanos**, para a

cidade de São Paulo-SP, no período de 03.03 a 12.03.2011, aonde a mesma realizará ajustes no Sistema de RH junto à empresa CEBI, responsável pela manutenção e atualização do Sistema utilizado pelo RH dessa Assembleia, com ônus para este Poder.

Palácio Antônio Martins, 01 de março de 2011

Deputado FRANCISCO DE SALES GUERRA NETO
Presidente
Deputado JALSER RENIER PADILHA
1º Secretário
Deputado REMÍDIO MONAI MONTESSI
2º Secretário

ATOS LEGISLATIVOS

PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR

ANTEPROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº 005, DE_DE_DE 2011

"Desafeta das atividades do Tribunal de Contas do Estado de Roraima as casas residenciais de Magistrados n.ºs 02,03 e 05 localizadas na antiga área do Parque de Exposições Agropecuárias, nesta capital.".

O GOVERNO DO ESTADO DE RORAIMA:

Faço saber que a Assembleia Legislativa aprovou e eu sanciono a seguinte Lei Complementar:

Palácio Senador Hélio Campos, de de 2011.

JOSÉ DE ANCHIETA JÚNOR
Governador do Estado de Roraima

PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº 007, DE_DE_DE 2011

"Altera dispositivos da Lei Complementar nº 142, de 29 de dezembro de 2008, e dá outras providências."

O GOVERNO DO ESTADO DE RORAIMA: Faço saber que a Assembleia Legislativa aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Palácio Senador Hélio Campos, de de 2011.

JOSÉ DE ANCHIETA JÚNOR
Governador do Estado de Roraima

PROJETO DE LEI

GABINETE DE DEPUTADO IONILSON SAMPAIO

PROJETO DE LEI Nº 005/11

Institui, no Estado de Roraima, o Dia do Agente Comunitário de Saúde.

O GOVERNO DO ESTADO DE RORAIMA:

Faço saber que a Assembleia Legislativa aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica instituído, no Estado de Roraima, o Dia do Agente Comunitário de Saúde, a ser comemorado no dia 10 de julho.

Art.2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Sala das Sessões, 23 de fevereiro de 2011.

Ionilson Sampaio de Souza
Deputado estadual

PROJETO DE LEI: FICHA LIMPA RORAIMENSE

Norma: EMENDA À CONSTITUIÇÃO 001/2011 Data: 21/02/2011 Origem: LEGISLATIVO

Ementa: ALTERA OS ARTS. 20, 62 e 66 DA CONSTITUIÇÃO DO ESTADO, VEDANDO A NOMEAÇÃO OU A DESIGNAÇÃO, PARA OS CARGOS QUE MENCIONA, DAQUELES INELEGÍVEIS EM RAZÃO DE ATOS ILÍCITOS, NOS TERMOS DA LEI COMPLEMENTAR N° 135/2010 DA LEGISLAÇÃO FEDERAL.

Relevância: EMENDA CONSTITUCIONAL

Indexação: ALTERAÇÃO, CONSTITUIÇÃO ESTADUAL.

Autor: DEPUTADO DHIEGO COELHO FOGACA

JUSTIFICATIVA

ESTA PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO ESTADUAL VISA CONFORMAR A ADMINISTRAÇÃO DO ESTADO DE RORAIMA, PREVISTA EM SUA CONSTITUIÇÃO, AO ESTABELECIDO NA LEI COMPLEMENTAR FEDERAL N° 135/10.

PALAVRAS-CHAVE:

ACRÉSCIMO, DISPOSITIVOS, CONSTITUIÇÃO ESTADUAL, PREVISÃO, LEI COMPLEMENTAR ESTADUAL, DEFINIÇÃO, CRITÉRIOS, PROVIMENTO, CARGO PÚBLICO, EMPREGO PÚBLICO, DIREÇÃO, AUTARQUIA ESTADUAL, FUNDAÇÃO PÚBLICA, EMPRESA PÚBLICA, SOCIEDADE DE ECONOMIA MISTA.

PROIBIÇÃO, NOMEAÇÃO, DESIGNAÇÃO, CARGO PÚBLICO, EMPREGO PÚBLICO, INCLUSÃO, LISTA TRÍPLICE, ESCOLHA, GOVERNADOR, AUTORIDADE, SECRETÁRIO DE ESTADO, SECRETÁRIO-ADJUNTO DE ESTADO, SUBSECRETÁRIO DE ESTADO, HIPÓTESE, INELEGIBILIDADE, OBSERVAÇÃO, DISPOSITIVOS, LEI COMPLEMENTAR FEDERAL.

O Deputado Dhiego Coelho Fogaça, no uso de suas atribuições, em consonância aos arts. 30; 34 e 38 e 39 § 1°, propõe alteração dos artigos 20, 62 e 66 da Constituição do Estado como segue:

Altera os arts. 20, 62 e 66 da Constituição do Estado, vedando a nomeação ou a designação, para os cargos que menciona, daqueles inelegíveis em razão de atos ilícitos, nos termos da legislação federal.

Fica acrescentado ao Art. 20 da Constituição do Estado o seguinte :

"Art. 20 – A investidura em cargo ou emprego público depende de aprovação prévia em concurso público de provas ou de provas e títulos, de acordo com a natureza e a complexidade do cargo ou emprego, na forma prevista em Lei, e estar em pleno exercício de seus direitos políticos nos termos da Legislação Federal.

§ 1° As nomeações para todos os tipos de cargo em comissão declarados em lei de livre nomeação e exoneração, ficam condicionados à comprovação prévia do preenchimento dos requisitos da Lei Complementar Federal n° 135/2010, para o provimento de cargos e empregos de presidências, direções, gerências e supervisões nas autarquias, fundações, empresas públicas e sociedades de economia mista estaduais, vedada a nomeação, investidura ou designação daqueles inelegíveis em razão de atos ilícitos".

Fica acrescentado ao Art. 62 da Constituição do Estado o seguinte Parágrafo Único:

"Art. 62 – (...)

Parágrafo único – "É vedada a nomeação ou inclusão daqueles inelegíveis em razão de atos ilícitos, nos termos da Legislação Federal, em lista simples, tríplice ou indicação de autoridades do Estado a ser submetida ao Governador para escolha de qualquer nomeação, para o preenchimento de vagas nos casos previstos nesta Constituição."

Fica acrescentado ao Art. 66 da Constituição do Estado o que segue :

"Art. 66 – O Secretário de Estado será escolhido entre brasileiros maiores de vinte e um anos de idade, no pleno exercício dos direitos políticos, vedada a nomeação daqueles inelegíveis em razão de atos ilícitos, nos termos da Legislação Federal".

§ 1° – As condições e a vedação previstas no "caput" deste artigo aplicam-se à nomeação e investidura nos cargos de Secretário, Secretário Adjunto, Subsecretário de Estado e para outros cargos que se equiparem a esses e ao de Secretário de Estado, nos termos da lei."

Parágrafo Único: Esta emenda à Constituição entra em vigor na data de sua publicação.

RESOLUÇÃO DA MESA

RESOLUÇÃO Nº 009/11

Designa os Membros das Comissões Permanentes da Assembleia Legislativa do Estado de Roraima.

A MESA DIRETORA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RORAIMA, no uso de suas atribuições legais, de conformidade com o art. 23, VI, "j", c/c artS. 30, 34 e 110, III, todos do Regimento Interno deste Poder, resolve:

Art. 1º Ficam as Comissões Permanentes desta Casa Legislativa, para a Sessão Legislativa de 2011, compostas pelos seguintes Parlamentares:

I - Comissão de Constituição, Justiça e Redação Final:

a) Deputado Rodrigo Jucá – PMDB;
b) Deputado Flamarion Portela – PTC;
c) Deputado Jalser Renier – DEM;
d) Deputada Aurelina Medeiros – PSDB;
e) Deputado Chicão da Silveira – PDT;
f) Deputado Coronel Chagas – PRTB; e
g) Deputado Brito Bezerra – PP.

II - Comissão de Administração, Segurança e Serviços Públicos:

a) Deputado Jean Frank – PMN;
b) Deputado Soldado Sampaio – PC do B;

c) Deputado Coronel Chagas – PRTB;
d) Deputado Dhiego Coelho – PSL; e
e) Deputado Remídio Monai – PR.

III - Comissão de Educação, Cultura, Desportos e Saúde:
a) Deputado Joaquim Ruiz – PV;
b) Deputado Ionilson Sampaio – PSB;
c) Deputado Célio Wanderley – DEM;
d) Deputado Remídio Monai – PR; e
e) Deputado Gabriel Picanço – PSB.

IV - Comissão de Orçamento, Fiscalização Financeira, Tributação e Controle:
a) Deputado Célio Wanderley – DEM;
b) Deputado Brito Bezerra – PP;
c) Deputado Marcelo Natanael – PRB;
d) Deputado Marcelo Cabral – PPS; e
e) Deputado Flamarion Portela – PTC.

V - Comissão de Defesa do Consumidor:
a) Deputado Soldado Sampaio – PC do B;
b) Deputado Jalser Renier– DEM;
c) Deputado Jânio Xingú – PSL;
d) Deputado Mecias de Jesus - PR; e
e) Deputado Rodrigo Jucá – PMDB.

VI - Comissão de Agricultura, Pecuária e Política Rural:
a) Deputado Gabriel Picanço– PSB;
b) Deputado Erci de Moraes – PPS;
c) Deputado Naldo da Loteria – DEM;
d) Deputada Ângela Águida Portella - PSC; e
e) Deputado Brito Bezerra – PP.

VII - Comissão de Defesa dos Direitos Humanos e das Minorias:
a) Deputado Jânio Xingú - PSL;
b) Deputado Dhiego Coelho– PSL;
c) Deputado Coronel Chagas– PRTB;
d) Deputado Soldado Sampaio– PC do B; e
e) Deputado Jean Frank - PMN.

VIII - Comissão de Ética Parlamentar:
a) Deputado Marcelo Natanael – PRB;
b) Deputado Gabriel Picanço– PSB;
c) Deputado Ionilson Sampaio - PSB;
d) Deputado Erci de Moraes – PPS; e
e) Deputado Coronel Chagas – PRTB.

Suplentes:
1º - Deputado Dhiego Coelho – PSL; e
2º - Deputada Aurelina Medeiros– PSDB.

IX - Comissão de Terras, Colonização e Assuntos Indígenas:
a) Deputado Mecias de Jesus - PR;
b) Deputada Aurelina Medeiros– PSDB;
c) Deputado Erci de Moraes – PPS;
d) Deputado Marcelo Cabral – PPS; e
e) Deputado Chicão da Silveira – PDT.

X - Comissão de Indústria, Comércio e Turismo:
a) Deputado Brito Bezerra – PP;
b) Deputado Jalser Renier – DEM;
c) Deputado Gabriel Picanço– PSB;
d) Deputada Ângela Águida Portella – PSC; e
e) Deputado Rodrigo Jucá – PMDB.

XI - Comissão de Viação, Transportes e Obras:
a) Deputado Flamarion Portela – PTC;
b) Deputado Remídio Monai – PR;
c) Deputado Jean Frank – PMN;
d) Deputado Naldo da Loteria – DEM; e
e) Deputada Marcelo Natanael – PRB.

XII - Comissão de Defesa dos Direitos da Família, da Mulher, da Criança, do Adolescente e do Idoso e de Ação Social:
a) Deputada Ângela Águida Portella – PSC;
b) Deputado Mecias de Jesus – PR;
c) Deputado Jânio Xingú – PSL;
d) Deputada Aurelina Medeiros – PSDB; e
e) Deputado Soldado Sampaio – PC do B.

XIII - Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável:
a) Deputado Ionilson Sampaio – PSB;
b) Deputado Marcelo Cabral – PPS;
c) Deputado George Melo – PSDC;
d) Deputado Erci de Moraes – PPS; e
e) Deputado Soldado Sampaio – PC do B.

XIV - Comissão de Ciência, Tecnologia, Relações Fronteiriças e MERCOSUL:
a) Deputado Dhiego Coelho – PSL;
b) Deputado Célio Wanderley – DEM;
c) Deputado Mecias de Jesus – PR;
d) Deputado Rodrigo Jucá – PMDB; e
e) Deputado Remídio Monai – PR.

Art. 2º As Comissões elegerão o Presidente e Vice-Presidente, no prazo regimental.

Art. 3º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação, tendo seus efeitos a partir de 16 de fevereiro do corrente.

Palácio Antônio Martins, 1º de março de 2011.

Dep. **FRANCISCO DE SALES GUERRA NETO**
Presidente
Dep. **JALSER RENIER**
1° Secretário
Dep. **REMÍDIO MONAI**
2º Secretário

INDICAÇÕES

GABINETE DO DEPUTADO GABRIEL PICANÇO
INDICAÇÃO Nº 014/2011

O Deputado que esta subscreve, com amparo no art. 202, do Regimento Interno deste Poder, requer o encaminhamento ao Excelentíssimo Senhor Governador do Estado de Roraima, da seguinte indicação:

REFORMA URGENTE DO CENTRO DE SAÚDE DO CAROEBE
JUSTIFICATIVA

Trata-se de indicação parlamentar com o objetivo de que seja realizada uma reforma urgente no Centro de Saúde de Caroebe, bem como a aquisição de novos equipamentos médicos, haja vista ser hoje quase inviável o atendimento, dentro na unidade, de pessoas que dele necessite.

A preocupação do homem com a sua saúde sempre foi uma constante, como maneira de preservar a própria sobrevivência, sendo inúmeros os progressos realizados à medida que a ciência avança e faz novas descobertas, diversificando as possibilidades de tratamento.

Essa evolução cristalina das formas de tratamento de doenças, de preservação da saúde, enfim, veio, no entanto, acompanhada da multiplicação dos seus custos, o que tornou impossível, em muitos países, o acesso da população em geral a essas evoluções tecnológicas. O próprio Estado, que surge como o responsável pela preservação desse acesso ao serviço de saúde, com o passar do tempo, revelou-se impotente para fazer frente aos seus elevados custos.

Deve-se registrar que a questão relacionada à saúde reflete serviço público com características específicas, pois surge como uma das formas de garantia do direito à vida localizado no *caput* do art. 5.º da Constituição Federal e Estadual caracterizando-se como cláusula pétrea.

Essa previsão, expressa pela primeira vez dentro de uma Constituição em nosso País, representa um avanço significativo nas relações sociais, na medida em que impede a possibilidade de o legislador e o administrador criarem alguma situação que implique esvaziamento do conteúdo desse dispositivo constitucional.

Importante consignar, também, que a previsão do direito à vida possui uma íntima relação com um dos fundamentos da República Federativa do Brasil, vale dizer, o da Dignidade da Pessoa Humana, relacionado no art. 1.º, III, da CF, cujo conteúdo demanda investigações para que não se torne letra morta. Em outras palavras, qualquer previsão legal, qualquer atitude tomada pelo Poder Público que provoque como conseqüência o esvaziamento do direito à vida trará, como corolário, o desrespeito à dignidade da pessoa humana, pois são dois vetores considerados igualmente fundamentais pela Constituição.

Estabelecida, portanto, a relação entre o serviço de saúde e os conceitos de direito à vida e dignidade da pessoa humana, cumpre observar que a execução daquele, desconsiderando ou mesmo enfraquecendo esses valores básicos fixados pela Constituição, torna-se, além de inadmissível, inconstitucional.

Nesse contexto, não se pode descurar da necessidade de se estabelecerem os parâmetros da atuação do Poder Público em relação ao serviço de saúde e a possibilidade de sua responsabilização pelo descumprimento

dos seus deveres constitucionais. Nesse sentido, cumpre não perder de vista que a análise dessa questão deve partir da interpretação dos dispositivos constitucionais pertinentes.

Esse aspecto assume relevo na medida em que, sendo a Constituição um documento de natureza política, fruto de um pacto social, a interpretação de suas normas assume um caráter particular, com regras próprias, totalmente diferentes daquelas vislumbradas para a legislação infraconstitucional.

Assim, por força dos elementos até este passo desenvolvidos, outra não poderia ser a conclusão quanto à impossibilidade de se dissociarem os vetores da dignidade da pessoa humana do direito à vida e à saúde. Oportuna a averiguação da posição adotada por nossa Suprema Corte ao reconhecer que:

"o direito a saúde [...] representa conseqüência constitucional indissociável do direito a vida. O Poder Público, qualquer que seja a esfera institucional de sua atuação no plano da organização federativa brasileira, não pode mostrar-se indiferente ao problema da saúde da população sob pena de incidir, ainda que por censurável omissão, em grave comportamento inconstitucional"

Com base no exposto acima, haja vista a necessidade de garantia do direito à saúde, direito à vida e Princípio da Dignidade da Pessoal Humana, observa-se a necessidade urgente de reforma do Centro de Saúde de Caroebe, pois a estrutura física está, em grande parte, comprometida; bem como faltam macas, lençóis, colchões e equipamentos diversos etc.

Em imagens registradas, documento em anexo, observou-se uma série de irregularidades que colocam em risco não só a saúde do paciente, mas também dos funcionários e da população local, senão vejamos: a instalação elétrica está funcionando de forma irregular, expondo a risco de choques e até incêndios; não há um local para depositar o lixo hospitalar; a caixa d'água não tem tampa; os ares-condicionado não funcionam; a lavandeira está sem condições de uso; as macas que ainda restam estão tomadas pela ferrugem e a única cadeira do consultório odontológica está quebrada.

Diante do exposto, com fundamento na nossa Carta Magna e em especial no princípio da dignidade da pessoal humana, que traz a saúde e a vida como um direito fundamental, garantia de todos, e dever do Estado, solicito a reforma do Centro de Saúde de Caroebe, bem como aquisição de equipamentos e utensílios médicos para que todos que necessitem de cuidados sejam atendidos de forma digna.

Sala das Sessões, 21 de fevereiro de 2011.

GABRIEL PICANÇO
Deputado Estadual

GABINETE DO DEPUTADO GABRIEL PICANÇO
INDICAÇÃO Nº 015/2011

O Deputado que esta subscreve, com amparo no art. 202, do Regimento Interno deste Poder, requer o encaminhamento ao Excelentíssimo Senhor Governador do Estado de Roraima, da seguinte indicação:

TÉRMINO DA CONSTRUÇÃO DO PARQUE AQUÁTICO DE CAROEBE
JUSTIFICATIVA

Trata-se de indicação parlamentar com o objetivo de que seja dado continuidade à construção do parque aquático do município de Caroebe, iniciada há mais de 3 (três) anos e ainda não terminado, que custou aos cofres públicos 945.000,00 e hoje encontra-se abandonado.

A Constituição Federal e a Constituição do Estado de Roraima abrem o Capítulo dos Direitos Sociais da seguinte forma:

*"Art. 6° São direitos sociais a educação, **a saúde**, o trabalho**, o lazer**, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e à infância, a assistência aos desamparados, na forma desta Constituição.*

O Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) dispõe no seu Art. 4° que:

*"É dever da família, da comunidade, da sociedade em geral e do poder público assegurar, com absoluta prioridade, a efetivação dos direitos referentes à vida, **à saúde**, à alimentação, à educação, **ao esporte**, **ao lazer**, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária."*

O conjunto destas legislações consagra o direito ao esporte e ao lar como direitos imprescindíveis à dignidade humana, que promovem o bem-estar e desenvolvem as habilidades da pessoa e da coletividade.

À luz desta perspectiva, entendemos o esporte e o lazer como direitos sociais assentados nos direitos fundamentais da pessoa humana e da coletividade. Esta compreensão supõe uma visão da indivisibilidade dos direitos humanos que, por sua vez, assenta-se na integridade da pessoa humana, sua complexidade e suas potencialidades sociais que atingem, através do esporte do lazer, espaços propícios ao seu desenvolvimento saudável. Idosos, jovens, crianças e adolescentes constituem o público alvo e diferenciado dos direitos sociais, necessitando, portanto, de políticas públicas específicas às faixas etárias correspondentes.

Neste aspecto, atribuímos ao Estado um papel fundamental na proposição das políticas sociais e, neste caso, promovendo ações voltadas para a valorização do esporte e do lazer na perspectiva dos direitos humanos, portanto da valorização da pessoa humana e de sua vivência sociocomunitária.

No município de Caroebe foi observado que uma obra de construção do parque aquático, iniciada há aproximadamente 3 (três) anos, e não terminada, de autoria do governo de Roraima, está tomada pelo mato. As piscinas se tornaram criadouros de mosquitos e sapos, trazendo um risco na proliferação de doenças; ademais toda a estrutura metálica está comprometida e tomada pela ferrugem.

Tal obra teve início ainda na gestão do governador Ottomar Pinto e, até o presente momento, não foi concluída. Informações de autoridades locais fazem concluir que a empresa responsável pela execução da obra parou com o serviço por falta de pagamento.

Vale ressaltar que o valor da obra é de 945.000,00 (novecentos e quarenta e cinco mil reais) e tinha o prazo de 120 dias para ser entregue, conforme imagens em anexo.

Diante do exposto, faz-se necessário a conclusão do Parque Aquático do Município de Caroebe, por ser uma necessidade urgente. Solicito do Executivo Estadual o empenho na conclusão desta obra, como forma de salvaguardar os direitos fundamentais já explanados acima, quais sejam: ao esporte e ao lazer, e de forma indireta à saúde, garantidos na legislação constitucional e infraconstitucional; bem como respeito ao erário público e a população roraimense.

Sala das Sessões, 21 de fevereiro de 2011.

GABRIEL PICANÇO
Deputado Estadual

ATAS PLENÁRIO - SUCINTA

ATA DA MILÉSIMA NONINGENTÉSIMA OCTOGÉSIMA SEXTA SESSÃO ORDINÁRIA DO QUADRAGÉSIMO PRIMEIRO PERÍODO LEGISLATIVO DA SEXTA LEGISLATURA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RORAIMA.

Às nove horas do dia vinte e três de fevereiro de dois mil e onze, no Plenário desta Casa Legislativa, deu-se a milésima noningentésima octogésima sexta Sessão Ordinária do quadragésimo primeiro Período Legislativo da sexta Legislatura da Assembleia Legislativa do Estado de Roraima. Havendo quorum regimental, o Senhor Presidente, Deputado **Chico Guerra**, declarou aberta a Sessão, convidando o Senhor Deputado **Coronel Chagas** para atuar como Primeiro Secretário. Em seguida, solicitou ao Senhor Segundo Secretário, Deputado **Marcelo Cabral**, proceder à leitura da Ata da Sessão anterior, que foi lida e aprovada na íntegra. Prosseguindo, solicitou ao Senhor Primeiro Secretário proceder à leitura do Expediente. **EXTERNO:** Ofício nº 259, de 15/02/11, da Superintendência Regional de Roraima, encaminhando o crédito de recursos financeiros ao Orçamento Geral da União. **GRANDE EXPEDIENTE**: O Senhor Deputado **Ionilson Sampaio,** inicialmente, reportou-se ao pronunciamento feito pelo Senhor Deputado **Flamarion Portela,** na Sessão passada, afirmando que as informações apresentadas sobre a evolução de receita do Estado foram importantes, motivando-o a aprofundar-se em algumas questões, como as publicadas no Diário Oficial do Estado do dia 17/02/11, em que constatou que, apesar do volume de recursos percebidos pelo Executivo, foi feito um parcelamento de dívida junto ao Instituto de Previdência Estadual - IPER, pelo fato de o Estado não ter recolhido a parte patronal nos meses de setembro, outubro e novembro de 2010 dos servidores efetivos da Secretaria de Saúde, recurso esse, que, segundo o Senhor Parlamentar, compõe a aposentadoria dos servidores daquela Secretaria. Continuando, questionou a destinação desses dois milhões, vinte e dois mil, setecentos e onze reais e setenta e dois centavos que o Estado está devendo para o IPER, uma vez que o seu recolhimento estava previsto no Fundo Estadual de Saúde, correspondendo a quatorze por cento da parte

patronal. Prosseguindo, ressaltou que tal acontecimento torna-se suspeito, uma vez que esse montante desapareceu justamente no período eleitoral. Após, chamou a atenção para o fato de que o Conselho do IPER, na presidência do Senhor Leocádio Vasconcelos, que responde atualmente pela pasta da Secretaria de Saúde Estadual, acatou as alegações do Governo, demonstrando, em sua opinião, conflito de interesses. Em seguida, disse que fará um estudo profundo sobre essa questão, assim como, denunciará o fato ao Ministério Público Federal e ao INSS e encaminhará ofício à Secretaria da Fazenda, questionando a origem da dotação orçamentária para esse pagamento, pois, de acordo com o Senhor Deputado, no orçamento aprovado em dezembro não consta nenhuma previsão para pagamento de débitos atrasados junto ao IPER. Finalizando, conclamou os servidores da Secretaria de Saúde para que pressionem o Secretário da Pasta e o Governo a solucionarem essa questão, pois o dinheiro não pertence ao Estado, mas aos servidores, ressaltando que não é responsabilidade somente da oposição apurar tal fato, mas de todos que compõem este Poder, já que o Instituto é responsável pela aposentaria de todos os servidores do Estado. O Senhor Deputado **Mecias de Jesus** usou a Tribuna para desfazer um boato que circula pela cidade dando conta de que Roraima terá nova eleição porque os dois candidatos serão cassados. De acordo com o Senhor Parlamentar, tudo não passa de especulações e não há motivo para uma nova eleição, pois, em sua opinião, o que acontecerá é que o atual Governador, que foi cassado, deixará o cargo em breve. Prosseguindo, ressaltou que, não fosse pela compra de votos, abuso do poder econômico e uso da coisa pública, o Governador seria Neudo Campos. Continuando, acrescentou que, quando os adversários perceberam que perderiam no primeiro turno, montaram um processo calunioso e fraudulento, acusando-o, bem como, o candidato Neudo Campos e os então candidatos a Deputados Federais Jhonathan de Jesus e Ângela Portela de estarem distribuindo cestas básicas, destacando não conhecer o Senhor Márcio Parente, responsável pela distribuição das referidas cestas em nome do grupo, o qual, segundo o Senhor Parlamentar, aproximou-se do Comitê até conseguir uma carteira de voluntário e desapareceu, retornando, algum tempo depois, para ele próprio acionar a Polícia Federal para o flagrante. De acordo com o senhor Deputado, esse é o único processo de cassação e, portanto, não há a menor possibilidade de o candidato Neudo Campos não assumir o Governo e ficar até o final do mandato. Após, informou que a UERR de São João da Baliza foi construída através de uma emenda parlamentar de sua autoria, no Governo Ottomar Pinto, e que parte da obra foi executada também no referido Governo, sem que até hoje tenha sido concluída, devido à falta de repasse de recursos. Finalizando, referiu-se a algumas obras executas pelo Governo Estadual, através de recursos da união, destacando a BR-174, que o Governo Estadual tem feito propaganda como se fossem verbas estaduais, quando vai custar setecentos milhões de reais aos cofres da União; as obras de saneamento básico e água, executada através de financiamento da Caixa Econômica Federal, autorizado pela Assembleia Legislativa; o Programa Luz para todos, fruto de dinheiro da ELETROBRAS; e a eletrificação de Jatapú, feita com verbas federais do BNDES. **ORDEM DO DIA**: O Senhor Presidente anunciou para a pauta da Ordem do Dia a discussão e votação do Projeto de Resolução Legislativa nº 04/11, que "Dispõe sobre a inclusão de dispositivos normativos do Regimento Interno aos procedimentos a serem adotados pela Presidência, nos casos de perda de mandato de Deputado", de autoria de vários Deputados. Em seguida, suspendeu a Sessão, pelo tempo necessário, para que a Comissão Especial Interna pudesse se reunir para analisar e emitir parecer à referida matéria. Após o tempo necessário, o Senhor Presidente reabriu a Sessão, solicitando ao Senhor Primeiro Secretário proceder à leitura do Projeto de Resolução nº 04/2011 e do Parecer da Comissão Especial Interna. Devido ao adiantado da hora, o Senhor Deputado **Remídio Monai** solicitou a prorrogação da Sessão, por tempo indeterminado, sendo acatado. Colocado em discussão e votação, o Projeto foi aprovado. **EXPLICAÇÕES PESSOAS**: O Senhor Deputado **Joaquim Ruiz**, criticando a atitude do bloco de oposição de se retirar do Plenário por não ter sido acatado o pedido de adiamento de votação da matéria em pauta, destacou que o atual líder da oposição, quando Presidente da Casa, agia da mesma forma que o atual Presidente, atendendo ao Regimento Interno. O Senhor Deputado **Xingu** manifestou-se favorável a um entendimento entre a oposição e situação. E, não havendo mais nada a tratar, o Senhor Presidente declarou encerrada a Sessão, convocando outra para o dia 24, à hora regimental. Estiveram presentes os Senhores Deputados: **Ângela Águida Portella, Aurelina Medeiros, Célio Wanderley, Chicão da Silveira, Chico Guerra, Dhiego Coelho, Flamarion Portela, Gabriel Picanço, George Melo, Coronel Chagas, Ionilson Sampaio, Jânio Xingu, Jean Frank, Joaquim Ruiz, Marcelo Cabral, Marcelo Natanael, Mecias de Jesus, Remídio Monai e Rodrigo Jucá.**

Aprovada em: 01/03/11

ATAS PLENÁRIO - ÍNTEGRA

ATA DA 1983ª SESSÃO, EM 16 DE FEVEREIRO de 2011.
41º PERÍODO LEGISLATIVO DA 6ª LEGISLATURA.
= ORDINÁRIA =
PRESIDÊNCIA DO SENHOR DEPUTADO CHICO GUERRA.

Às nove horas do dia dezesseis de fevereiro de dois mil e onze, no Plenário desta Casa Legislativa, deu-se a milésima noningentésima octogésima terceira Sessão Ordinária do quadragésimo primeiro período legislativo da sexta legislatura da Assembleia Legislativa do Estado de Roraima.

O Senhor Presidente **(Chico Guerra)** – Havendo quorum regimental, sob a proteção de Deus e em nome do povo roraimense, declaro aberta a presente Sessão.

Solicito ao Senhor Segundo Secretário que proceda à leitura da Ata da Sessão anterior.

O Senhor Segundo Secretário (**Remídio Monai)** - (Lida a Ata).

O Senhor Presidente **(Chico Guerra)** – Coloco em discussão a Ata da Sessão anterior.

Não havendo quem queira discuti-la, passamos para a votação. A votação será simbólica. Os Deputados que forem favoráveis permaneçam como estão.

Dou por aprovada a Ata da Sessão anterior.

Solicito ao Senhor Primeiro Secretário que proceda à leitura do Expediente.

O Senhor Primeiro Secretário (**Coronel Chagas**) – O Expediente consta do seguinte, Senhor Presidente.

RECEBIDOS DOS DEPUTADOS:

-Memorando nº 041/10, de 28/12/10, do Gabinete do Deputado Erci de Moraes, justificando sua ausência à Sessão Extraordinária de 23/12/10.

-Ofício nº 002/2010, de 29/12/10, expedido pelo Deputado Jalser Renier, no qual comunica a extinção da Comissão Especial Externa, criada quando do início das Obras de Ampliação e Reforma do Prédio da ALE.

-Projeto de Lei de autoria do Deputado Naldo da Loteria, de 29/12/10, que "dispõe sobre o exercício de cargo ou função pública no âmbito da Administração Pública, vedando o exercício de cargo, emprego ou função pública por pessoa que tenha sido condenada por improbidade administrativa".

-Proposta de Emenda à Constituição, de 29/12/10, que acresce dispositivos ao art. 12 da Constituição do Estado de Roraima.

-Ofício nº 02/11, de 05/01/11, do Deputado Mecias de Jesus, no qual se apresenta como líder da oposição, bem como, os Deputados Flamarion Portela e Soldado Sampaio, como vice-líderes.

-Ofício Circular 01/11 – CHAME/ALE/RR, de 06/01/11, da Doutora Marília Pinto, então Coordenadora Técnica do Centro, que encaminha relatório de atendimentos do CHAME.

-Ofício nº 07/11, de 24/01/11, do Gabinete do Deputado Soldado Sampaio, solicitando a publicação nesta Casa que o mesmo exerce a cátedra de Diretor da Região Norte da Associação Nacional de Praças – ANASPRA.

-Memorando nº 03/11, de 09/02/11, do Corregedor Geral desta Casa, Deputado Erci de Moraes, informando o horário de funcionamento da Corregedoria da ALE/RR, das 14 às 18h.

-Ofício nº 01/11, de 10/02/11, informando a composição do Bloco Parlamentar da Oposição, liderado pelo Deputado Mecias de Jesus.

RECEBIDOS DO PODER EXECUTIVO:

-SEPLAN/COGEPE/OF. CIRC nº 01/11, de 03/01/11, da Secretaria Estadual de Planejamento, informando que o Manual do Relatório de Avaliação, bem como o sistema de Avaliação On Line do PPA 2008-2011, se encontram disponíveis no site da SEPLAN.

-Ofício Circular nº 01/11/GAB/PROGE/RR, de 06/01/11, da Procuradoria-Geral do Estado de Roraima, que trata sobre a prorrogação de vigência de convênios e contratos de repasse de recursos da União.

-Mensagem Governamental nº 01/01/11, encaminhando para apreciação o Projeto de Lei que altera a Lei nº 59, de 28/12/93, que

dispõe sobre o Sistema Tributário Estadual.

-SEPLAN/CGC/OFÍCIO Nº 078/11, de 19/01/11, informando que o Governo de Roraima assinou o Termo de Convênio nº 04/2010 – CODESAIMA/GER/SEINF, promovendo a execução da Revitalização Geral do Parque Anauá.

-Ofício nº 102/11/GAB/PROGE/RR, de 19/01/11, encaminhando cópia do Parecer nº 03/11/GAB/PROGE/RR, referente ao Projeto de Lei nº 022/10, que dispõe sobre o Quadro de Pessoal e Plano de Carreira do Poder Judiciário.

-Ofício/GAB/PROGE nº 096, de 19/01/11, encaminhando cópia do Parecer nº 04/11/CA/PROGE/ADJ/RR, que trata de acúmulo de cargo, função e emprego público.

EXTERNOS:

-Ofício nº 012/11, de 11/01/11, do Tribunal de Justiça do Estado de Roraima, solicitando que informe sobre a tramitação do Projeto de Lei que acrescenta o parágrafo único ao art. 190 do Código de Organizações Judiciários – COJERR.

-Ofício nº 295/2010/PRESI/TCERR, de 30/12/10, do Tribunal de Contas do Estado de Roraima, que encaminha o relatório do impacto orçamentário-financeiro e a declaração do ordenador de despesa do anteprojeto de lei que dispõe sobre a Estrutura Organizacional e Quadro de Pessoal do TCE/RR.

-Ofício nº 001/11, de 03/01/11, do Tribunal de Contas do Estado de Roraima, referente a resposta Ofício nº 0109. GAB.PRES/ALE/10, que trata de pedido de informações sobre processos de aquisição da Secretaria de Estado da Educação, Cultura e Desporto.

-Ofício Circular nº 001/11, de 26/01/11, do Tribunal de Contas do Estado de Roraima, que trata sobre o acompanhamento de contas referente à Lei de Responsabilidade Fiscal – LRF e Prestação de Contas. Ofício nº 013/11, de 28/01/11, do Tribunal de Contas do Estado de Roraima, encaminha Relatório de Gestão Fiscal referente ao 3º quadrimestre de 2010.

-Ofício nº 014, de 14/01/11, do Tribunal Regional Eleitoral de Roraima, que comunica decisão judicial de cassação do Diploma do Deputado George Melo e determinando a posse imediata do primeiro suplente, Damosiel Lacerda de Alencar.

-Ofício nº 015, de 14/02/11, do Tribunal Regional Eleitoral de Roraima, que comunica decisão judicial de cassação dos Diplomas do Governador José de Anchieta Junior e do Vice Francisco de Assis Rodrigues, bem como a diplomação do segundo colocado e sua vice, ou seja, Neudo Ribeiro Campos e Marília Natália Pinto Reginatto.

-Ofício nº 016, de 14/02/11, do Tribunal Regional Eleitoral de Roraima, que informa a concessão de liminar suspendendo os efeitos do acórdão que cassou o Diploma do Governador José de Anchieta Junior e do Vice Francisco de Assis Rodrigues, que ficam mantidos no cargo.

-Ofício nº 017, de 14/02/11, do Tribunal Regional Eleitoral de Roraima, informa a concessão de liminar suspendendo os efeitos do acórdão que cassou o Diploma do Deputado George Melo, que fica mantido no cargo.

-Ofício Circular nº 34/10, de 15/12/10, do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, que trata sobre a transferência de recursos ao Governo de Roraima destinados à manutenção dos Serviços de Ação Continuada.

-Comunicado nº AL141798/10, de 28/12/10, do Ministério da Educação, que trata da liberação de recursos do FUNDEB destinados à alimentação escolar. Comunicado nº AL141799/10, de 28/12/10, do Ministério da Educação, que trata da liberação de recursos do FUNDEB para a Secretaria Estadual de Educação, destinados à produção de livros digitais.

-Comunicado nº AL141800/10, de 28/12/10, do Ministério da Educação, que trata da liberação de recursos do FUNDEB para a Escola Casimiro de Abreu, destinados ao Programa de Dinheiro Direto na Escola.

-Comunicado nº AL141801/10, de 28/12/10, do Ministério da Educação, que trata da liberação de recursos do FUNDEB para a Escola Municipal Francisco de Sousa Bríglia, destinados ao Programa de Dinheiro Direto na Escola.

-Comunicado nº AL141802/10, de 28/12/10, do Ministério da Educação, que trata da liberação de recursos do FUNDEB para a Escola Municipal Edsonina de Barros Villa, destinados ao Programa de Dinheiro Direto na Escola.

-Comunicado nº AL141803/10, de 28/12/10, do Ministério da Educação, que trata da liberação de recursos do FUNDEB para a Escola Municipal Alcides da Conceição Lima, destinados ao Programa de Dinheiro Direto na Escola.

-Comunicado nº AL141804/10, de 28/12/10, do Ministério da Educação, que trata da liberação de recursos do FUNDEB para a Escola Municipal Waldemarina Normando Martins, destinados ao Programa de Dinheiro Direto na Escola.

-Comunicado nº AL141805/10, de 28/12/10, do Ministério da Educação, que trata da liberação de recursos do FUNDEB para a Escola Municipal Iracema Aguiar Pereira, destinados ao Programa de Dinheiro Direto na Escola.

-Comunicado nº AL141806/10, de 28/12/10, do Ministério da Educação, que trata da liberação de recursos do FUNDEB para a Escola Darcy Ribeiro, destinados ao Programa de Dinheiro Direto na Escola.

-Comunicado nº AL14180710, de 28/12/10, do Ministério da Educação, que trata da liberação de recursos do FUNDEB para a Escola Municipal Francisco Cássio de Morais, destinados ao Programa de Dinheiro Direto na Escola.

-Comunicado nº AL141808/10, de 28/12/10, do Ministério da Educação, que trata da liberação de recursos do FUNDEB para a Escola Maria Gonçalves Vieira, destinados ao Programa de Dinheiro Direto na Escola.

-Comunicado nº AL141809/10, de 28/12/10, do Ministério da Educação, que trata da liberação de recursos do FUNDEB para a Escola Municipal Jardim das Copaíbas, destinados ao Programa de Dinheiro Direto na Escola.

-Comunicado nº AL141810/10, de 28/12/10, do Ministério da Educação, que trata da liberação de recursos do FUNDEB para a Escola Municipal Irmã Leonilde Dal Pos, destinados ao Programa de Dinheiro Direto na Escola.

-Comunicado nº AL141811/10, de 28/12/10, do Ministério da Educação, que trata da liberação de recursos do FUNDEB para a Escola Municipal Professora Maria Gertrudes, destinados ao Programa de Dinheiro Direto na Escola.

-Comunicado nº AL141812/10, de 28/12/10, do Ministério da Educação, que trata da liberação de recursos do FUNDEB para a Escola Municipal Luiz Canará, destinados ao Programa de Dinheiro Direto na Escola.

-Comunicado nº AL141813/10, de 28/12/10, do Ministério da Educação, que trata da liberação de recursos do FUNDEB para a Escola Municipal Arco Íris, destinados ao Programa de Dinheiro Direto na Escola.

-Comunicado nº AL141814/10, de 28/12/10, do Ministério da Educação, que trata da liberação de recursos do FUNDEB para a Escola Municipal Aquilino da Mota Duarte, destinados ao Programa de Dinheiro Direto na Escola.

-Comunicado nº AL141815/10, de 28/12/10, do Ministério da Educação, que trata da liberação de recursos do FUNDEB para a Escola Municipal Jânio da Silva Quadros, destinados ao Programa de Dinheiro Direto na Escola.

-Comunicado nº AL141816/10, de 28/12/10, do Ministério da Educação, que trata da liberação de recursos do FUNDEB para a Escola Municipal Cantinho do Céu, destinados ao Programa de Dinheiro Direto na Escola.

-Comunicado nº AL141817/10, de 28/12/10, do Ministério da Educação, que trata da liberação de recursos do FUNDEB para a Escola Municipal Maria Francisca da Silva Lemos, destinados ao Programa de Dinheiro Direto na Escola.

-Comunicado nº AL141818/10, de 28/12/10, do Ministério da Educação, que trata da liberação de recursos do FUNDEB para a Escola Municipal Glemiria Gonzaga Andrade, destinados ao Programa de Dinheiro Direto na Escola.

-Comunicado nº AL141819/10, de 28/12/10, do Ministério da Educação, que trata da liberação de recursos do FUNDEB para a Escola Municipal Tia Linda, destinados ao Programa de Dinheiro Direto na Escola.

-Comunicado nº AL141820/10, de 28/12/10, do Ministério da Educação, que trata da liberação de recursos do FUNDEB para a Escola Branca de Neve, destinados ao Programa de Dinheiro Direto na Escola.

-Comunicado nº AL141821/10, de 28/12/10, do Ministério da Educação, que trata da liberação de recursos do FUNDEB para a Escola Municipal Raio de Sol, destinados ao Programa de Dinheiro Direto na Escola.

-Comunicado nº AL141822/10, de 28/12/10, do Ministério da Educação, que trata da liberação de recursos do FUNDEB para a

Escola Municipal Estrelinha Mágica, destinados ao Programa de Dinheiro Direto na Escola.

-Comunicado nº AL141823/10, de 28/12/10, do Ministério da Educação, que trata da liberação de recursos do FUNDEB para a Escola Municipal Vovó Clara, destinados ao Programa de Dinheiro Direto na Escola.

-Comunicado nº AL141824/10, de 28/12/10, do Ministério da Educação, que trata da liberação de recursos do FUNDEB para a Escola Municipal Aline Ismene Nogueira, destinados ao Programa de Dinheiro Direto na Escola.

-Ofício nº 822, de 31/12/10, do Ministério do Desenvolvimento Agrário, que encaminha cópia de Termo Aditivo de Prorrogação do Convênio nº 701155/2008.

-Ofício nº 112/11, de 03/01/11, do Ministério do Desenvolvimento Agrário, que comunica a assinatura de Convênio entre INCRA/SRFA/ITERAIMA, cujo objeto é regularização fundiária em municípios do Estado de Roraima.

-Ofício nº 003/11, de 03/01/11, da Caixa Econômica Federal, que notifica crédito de recursos financeiros para fins de regularização de assentamentos precários – Bairro Brigadeiro.

-Ofício s/n, de 03/01/11, do Partido Republicano Brasileiro no qual o Presidente do PRB consigna ao Deputado Marcelo Ferreira Gomes o exercício do cargo de Líder do Partido na ALE/RR.

-Ofício nº 04/11, de 04/01/11, do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, que notifica a liberação de recursos do Convênio nº 136/10, cujo objeto é a produção comunitária de caprinos de leite e ovinos de corte.

-Ofício nº 724/10, 05/01/11, da Câmara Municipal de Passo Fundo – RS, que informa a aprovação de Moção de Repúdio à tentativa de recriação da CPMF.

-Ofício s/n, de 18/01/11, da Associação de Bacharéis em Segurança Pública – ABASP, que solicita apoio para criação e regularização da função de bacharel em Segurança Pública no âmbito do Estado de Roraima.

-Ofício nº 013/11, de 05/01/11, da Companhia Energética de Roraima, que encaminha Relatório apresentando resultados finais da pesquisa de avaliação da satisfação do consumidor residencial daquela Concessionária.

-Ofício nº 006/11, de 10/01/11, da Assembleia Legislativa do Amazonas, no qual acusa o recebimento do comunicado de composição da nova Mesa Diretora da ALE/RR.

-Ofício nº 45, de 10/01/11, do Ministério do Desenvolvimento Agrário, que encaminha cópia de Termo Aditivo de Prorrogação do Convênio nº 019/2007.

-Ofício nº 0106/11, de 21/01/11, da Caixa Econômica Federal, no qual informa a celebração de contrato de Repasse de Recursos para melhoria da Infraestrutura do Complexo Esportivo Canarinho.

-Ofício nº 648/11, de 17/;01/11, da Assembleia Legislativa do Estado de Goiás, no qual acusa o recebimento do comunicado de composição da nova Mesa Diretora da ALE/RR, bem como deseja sucesso na condução dos trabalhos.

-Ofício nº 0098/11, de 19/01/11, da Caixa Econômica Federal, no qual informa a celebração de contrato de Repasse de Recursos para reforma da Agência Transfusional do Hospital Materno Infantil Nossa Senhora de Nazareth.

-Ofício Circular nº 002/11, de 26/01/11, da Câmara Municipal de Caroebe, que informa sobre a eleição da Mesa Diretora do 2º período legislativo.

-Ofício nº 0014/11, de 02/02/11, da Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina, no qual acusa o recebimento do comunicado de composição da nova Mesa Diretora da ALE/RR, bem como deseja sucesso na condução dos trabalhos.

-Ofício nº 027/11, de 02/02/11, da Assembleia Legislativa do Estado Maranhão, comunicando de composição da nova Mesa Diretora daquela Casa.

-Ofício nº 003/11, de 07/02/11, da Associação dos Policiais Militares do Ex-Território Federal de Roraima, encaminhando anteprojeto de lei para fins de avaliação do quadro especial de praças.

-Ofício nº 066/11, de 08/02/11, no qual a Senhora Maria Helena Veronesse Rodrigues se apresenta como Diretora da EMHUR.

Era o que constava do Expediente, Senhor Presidente.

A Senhora Presidente (**Aurelina Medeiros**) – Solicito ao Senhor Primeiro Secretário que proceda à chamada dos Senhores Deputados para o Grande Expediente.

O Senhor Primeiro Secretário (**Coronel Chagas**) procede à chamada.

O Senhor Deputado **Flamarion Portela** – Senhora Presidenta, Senhoras e Senhores Deputados.

Inicio minha fala dando as boas vindas, meu abraço especial e dizer da alegria de estar aqui compartilhando esse momento com cada uma das Senhoras e Senhores. Reafirmo, Deputado **Gabriel,** que sou um Deputado feliz e quero partilhar esta felicidade com Vossas Excelências. O Poder Legislativo, Deputado **Erci de Moraes,** é o mais bonito, mais nobre dos poderes. O Executivo, Deputada **Ângela**, nomeia, demite, contrata, paga e faz favores; o Judiciário, Deputado **Jean**, condena, absolve, prende, solta, dentre outras funções, e ratifico perante Vossas Excelências aqui: não existe ninguém que seja mais Deputado que o outro. Na hora de votar, decidi, cada um representa 24 avos do poder. Somos a Casa do debate, convergência, divergência. Somos, Deputado **Soldado Sampaio**, a Casa do contraditório. A matéria-prima do parlamento é a palavra. Parlamento vem do grego, parlar, que significa falar. Somos todos igualmente representantes do povo de Roraima. Podemos não ser os melhores, mas somos os escolhidos, de forma livre e democrática, pela sociedade roraimense. O Poder Legislativo tem três funções superiores: legislar, fiscalizar aplicabilidade dos recursos públicos e representar a sociedade. Este é o trinônimo da democracia, porque a grandeza do parlamento faz a grandeza de uma nação, um estado e município.

Eu queria trazer à reflexão das Senhoras e Senhores alguns personagens da história do século XX, alguns personagens que ainda hoje, pertencendo ao século xx, também transcenderam com suas vidas no século XXI. E começaria por **Nelson Mandela**. **Nelson Mandela** passou 20 na cadeia por lutar por igualdade do seu povo. Homem que teve a capacidade de conviver com as divergências tribais do seu próprio povo, etnicamente falando em divergência, mas a maior agressão era entre os brancos e os negros. A primeira prisão de **Nelson Mandela** ocorreu porque ele foi lavar as mãos no banheiro de branco. No apartheid existia banheiro para negro e banheiro para branco. O negro não podia adentrar no banheiro do branco nem para lavar as mãos, e **Nelson Mandela** teve a capacidade de fazer a transição na sua nação pelo princípio da não violência. Como imitar Gandhi na Índia, que fez greve de fome, mas nunca defendeu que a independência da Índia ocorresse através de derramamento de sangue. Reservadas as devidas comparações, Mandela foi também esse grande homem. Depois de solto, criou o Congresso Nacional Africano. Ele procurou não ter mágoa, rancor, procurou fazer a junção de todos. Entendo que uma nação deva ser uníssona, nação deve ser unida para que possa vencer suas dificuldades. E a África do Sul avançou, progrediu, e teve em 2010 a capacidade de concentrar o maior evento do planeta, que é a Copa do Mundo de Futebol. Em 2010, a África do Sul deu uma grande lição ao mundo de superação e em poucos anos saiu de um conflito interno para uma nação emergente, e hoje já se fala dos 20 países emergentes do mundo, que conhecemos como G20, passará a ser, daqui a poucos dias, conhecido como G21, com exceção da África do Sul. Porque estou destacando esse homem, porque esse homem disse certa vez que a "força de uma nação, mede-se pela força do seu parlamento". Esse homem, que no ano passado, sua neta de 13 anos chamada de **Zenani**, no dia 11 de junho de 2010, em plena efervescência da Copa do Mundo, sofreu um acidente e ele perdeu sua neta de apenas 13 anos. Isso foi uma provação a mais. No momento glorioso, sofre novamente, como se fosse o destino dando o recado que ele tinha que receber mais essa dor. Esse homem, que hoje tem 92 anos, acho que alguns de vocês deva ter assistido ao filme que passou no ano passado chamado "invictos" Invictos era um poema que **Mandela** gostava sempre de recitar aos amigos que visitava na prisão, e depois, ao sair da prisão, toda vez que ele recebia o seu povo, ele fazia questão de dizer as últimas estrofes do poema chamado "invictos". Ele diz o seguinte: "Da minha alma eu sou o comandante, eu sou o Senhor do meu destino". Esse é o **Nelson Mandela**. Vou retroagir um pouco mais na história e vou chegar a um vulto histórico de primordial importância para sua situação geopolítica no mundo: trata-se do **Churchil**. **Churchil** foi Deputado por muitos anos, fez parte da Câmara dos Comuns do Reino Unido, e no dia 13 de maio de 1940 foi urgido a Primeiro Ministro da Inglaterra e, ao tomar posse nas Câmaras do Comuns no Congresso Inglês, ele disse o seguinte: "O povo do Reino Unido pode esperar de mim muito trabalho, sangue, suor e lágrima". Esse homem estava diante da Segunda Guerra Mundial, estava diante de um gênio chamado **Hitler,** gênio do mal, perversidão, mas um estrategista de mão cheia. Esse homem, conhecendo um pouco de H**itler** e o rancor que os germanos tinham pela derrota na Primeira

Guerra Mundial, ele sempre fazia pronunciamentos no parlamento inglês dizendo que isso um dia ia acontecer. **Churchil** que estava cercado de regimes de autocratas: na União Soviética, nós tínhamos **Stalin** com o comunismo. Na Itália, nós tínhamos o **Mussoline** com o fascismo, na Alemanha, nós tínhamos o nazismo com **Hitler.** Esse homem, então, de 15 em 15 dias, ia ao parlamento inglês discutir suas estratégias, idéias. Ele conseguiu ser um primeiro ministro que valorizava, de forma gloriosa, o parlamento inglês. É tido como um dos maiores vultos da historia, por ter conseguido suplantar todas as dificuldades impostas pelo poder bélico da Alemanha. Esse homem disse certa vez que a democracia é um sistema que tem defeitos, falhas. A democracia é uma obra inacabada e que, permanentemente, nós cidadãos queremos aperfeiçoá-la, mas se alguém lhe mostrasse um regime mais perfeito ele teria a capacidade de repensar e concordar, se melhor fosse. Mas, morreu em 1965 tendo a convicção de que a democracia é o melhor dos regimes. Quero agora trazer um pouco a reflexão para o nosso Brasil. Vou associar, no que vou dizer, arquitetura, urbanismo e filosofia. **Oscar Niemeyer,** quando pensou Brasília, pensou a Praça dos Três Poderes, e Vossas Excelências todos conhecem, e devem observar o seguinte: ficando as torres do Congresso Nacional de frente para a Praça dos Três Poderes; à nossa esquerda, temos o Palácio do Planalto representando o Poder Executivo, a nossa direita, temos o Supremo Tribunal Federal, representando o Palácio da Justiça. Pois bem, os Senhores observam que o Congresso Nacional está num plano mais elevado, como a observar os poderes, a fiscalizar os outros poderes, a controlar a atuação dos outros poderes, porque o Congresso Nacional, nessa simbologia de **Niemeyer,** que é um homem que tem 102 anos, que tem debilidade física, mas tem uma faculdade mental extraordinária, quis dizer o seguinte: "o Poder Legislativo é o Poder que está controlando a atuação dos outros Poderes". É simplesmente para que cada um de nós entenda a importância do Poder Legislativo. Vou falar agora do conterrâneo do Deputado Ionilson, o educador **Paulo Freire**. **Paulo Freire** disse certa vez que "não há saber maior, que não há saber menor, há saber diferente". Pois bem, Deputado **Brito**, eu também aqui afirmo: aqui também não há Deputado maior, não há Deputado menor, aqui há Deputados. Todos nós somos iguais e devemos nos comportar como tal. Dito isso, eu quero desejar que todos nós aqui tenhamos uma grande legislatura, que a gente possa desenvolver nossas atividades iluminados por Deus; que ele possa nos guiar, conduzir a nossa mente, nossos espaços; que a gente entenda que é um dever nosso honrar cada um dos votos que recebemos e que, se assim o fizermos, com certeza, faremos esse parlamento cada vez maior. Que Deus nos ilumine e que Deus nos conduza a uma grande legislatura. Muito obrigado.

O Senhor Deputado **Brito Bezerra** – Senhora Presidenta, Excelentíssimos Deputados que compõem a Mesa, caros colegas Deputados, Senhoras e Senhores.

Primeiramente, quero agradecer a Deus por esta oportunidade de estarmos aqui, e estarmos reunidos e, acima de tudo, unidos pela democracia e com o único propósito de legislar em prol de um Estado mais justo socialmente, estável politicamente. Passados os embates políticos de campanha, somos um só corpo, onde os debates serão os nossos principais instrumentos para consolidação plena da nossa democracia.

Deputado **Joaquim Ruiz**, líder desta Casa, estamos aqui pelo povo, para o povo e com o povo. Quero fazer uma citação do célebre **Rui Barbosa**: "Só o bem neste mundo é durável", e o bem politicamente é justiça e liberdade, forma soberana da autoridade e direito, da inteligência e do progresso. Desejo a toda a sabedoria para colocarmos, acima de nossas necessidades interesses pessoais, os interesses do povo roraimense. Precisamos garantir de fato, e não só de direito, as garantias fundamentais previstas em nossa Carta Magna. Precisamos gerar outra matriz econômica a partir do setor produtivo de corte; precisamos produzir em escala industrial forte, porque a produção é mãe da industrialização, e, só assim, o setor comercial passará a comercializar produtos produzidos e industrializados em nosso Estado, possibilitando uma política de geração de emprego e renda para que possamos atender toda demanda de emprego do nosso povo. Devemos deixar de importar e passar a exportar. Precisamos urgentemente fazer políticos em nosso Estado, pensando, não nas próximas eleições, e sim nas próximas gerações.

Quero agradecer a todos e dizer que somos um corpo único em prol do Estado de Roraima, em prol do povo de Roraima e estamos aqui unicamente para atender as necessidades soberanas do nosso Estado. Que Deus nos abençoe e dê a todos um excelente mandato para que possamos fazer com que a justiça, a democracia e a paz reinem em nosso Estado.

Aparte concedido ao Senhor Deputado **Soldado Sampaio** – Quero parabenizar a classe empresarial de Roraima. Vossa Excelência é um legítimo representante e com toda certeza irá contribuir de maneira fervorosa com a classe empresarial de Roraima que tanto hoje pede socorro pela alta carga tributária. Tenho conversado bastante com a classe empresarial e o pedido é um só: ajude o nosso representante, Deputado Brito, a discutir de maneira fervorosa, a questão tributária do Estado. Vossa Excelência, mais do que ninguém, está preparado. Parabenizo-o e desde, já tem o meu total apoio nessa discussão da carga tributária do nosso Estado.

O Senhor Deputado **Brito Bezerra** continua. – Obrigado, Deputado Sampaio. Quero comunicar à Senhora Presidenta, Deputada **Aurelina Medeiros**, que amanhã darei entrada em uma indicação para o Executivo de um Projeto de Lei chamado "desoneração fiscal de ICMS na sexta básica". Começa o nosso árduo trabalho na flexibilização da carga tributária, para que as pessoas de menor renda comecem a ter acesso ao básico, acesso ao mínimo essencial. Precisamos flexibilizar a carga tributária, precisamos gerar emprego e renda.

Aparte concedido ao Senhor Deputado **George Melo.** – Eu quero também dizer que Vossa Excelência foi muito feliz, porque com isso nós vamos coibir os maus empresários que sonegam, que não pagam imposto e que realmente atrasam nosso Estado, e, com isso, fazem com que os que trabalham de forma correta sejam penalizados.

O Senhor Deputado **Brito Bezerra** continua. – Obrigado, Deputado **George**, concordo plenamente com Vossa Excelência. Aqueles que, de maneira ilícita burlam o fisco, têm que ser penalizados. Vossa Excelência deve saber que nós temos agora um formato nível federal via estadual da nota fiscal eletrônica. Hoje é praticamente impossível sonegar impostos, a não ser que use de muita má fé a classe empresarial e que hoje isso não é prática. Isso posso lhes garantir. O que nós queremos que os tributos que são pagos, não pelos empresários, uma vez que o empresário não paga tributo, ele repassa.

Aparte concedido ao Senhor Deputado **Joaquim Ruiz.** – Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados presentes, tem um Projeto aqui em nossa Casa, o que tive oportunidade de ler, que é de suma importância nesse tema que Vossa Excelência está invocando aqui no Plenário, eu pediria a Vossa Excelência que junto comigo se engajasse da viabilidade de aprovarmos esse projeto. Se não me falha a memória, esse Projeto é do ex-Deputado **Raul Lima;** é o que tem de mais avançado em termos de tributo no nosso país. Ele é um modelo adequado para nossa realidade. Foi tirado do Estado de São Paulo. Isso não quer dizer que pegamos o bolo pronto e trouxemos para Roraima. Ele foi adaptado à nossa realidade e feito por um grande empresário, **Raul Lima.** Não tinha uma coisa melhor do que o próprio empresário aquele que recebe o imposto do contribuinte e passa para o Governo. Parabéns pela sua abordagem nesse tema e fica esse projeto para que a gente possa se debruçar e agilizar a aprovação dele em nossa Casa. Obrigado.

O Senhor Deputado **Brito Bezerra** continua. – Obrigado, Deputado. Quero dizer a Vossa Excelência que não só esse projeto que atenda aos interesses da classe empresarial que terá o meu apoio, como todos os projetos vindo da oposição ou da situação. Se for para benefício do povo de Roraima, pode contar comigo, de maneira incondicional.

Agradeço a todos e desejo um ano legislativo com muito sucesso e prosperidade. Muito obrigado,

O Senhor Deputado **George Melo** – Senhora Presidente, Senhores Deputados, imprensa, todos os presentes no recinto, Senhoras e Senhores, meus cumprimentos. Embora tenha feito parte por dez anos do Parlamento Mirim, eu já estava com saudade desta Tribuna. Eu quero começar a minha fala nesta Casa, dizendo que agora eu entendo que o mais importante é esquecermos as eleições. É muito importante que nós Deputados tenhamos consciência que se começa um novo tempo para nós e que é preciso construir um Estado com mais oportunidades, com mais esperança e trabalho. Eu acompanhei atentamente o discurso do Deputado **Flamarion.** Deputado, eu também sou um fã incondicional de **Nelson Mandela.** Eu o acompanho, gosto muito dele. Gravei a frase que Vossa Excelência proferiu, de que a "força de uma Nação se mede pelo seu Parlamento". Na minha campanha, eu saí caminhando por esse interior e estive no município de Alto Alegre e fui convidado para ir até Samaúma. No Samaúma, eu fiquei impressionado com aquelas estradas. Nós que somos daqui, nós vivemos no lavrado. As criações de gado, toda a nossa produção vinha pelo lavrado. Nós não tínhamos o costume da mata, e eu vendo aquela estrada sendo construída, cortando as serras de barro, de dar base de

cinco, seis metros para cima. Isso é muito comum nos Estados de Minas, São Paulo, onde a gente vê as pessoas produzindo. Eu fui e me reuni com a pequena comunidade do Samaúma e eles disseram: "Vereador, se Vossa Excelência for Deputado, pelo amor de Deus, nós não queremos sextas básicas, pró-custeio, nós só queremos estradas, pontes, porque força para trabalhar nesta terra nós temos". Chegando a energia para aquela gente era uma coisa absurda, porque eles vendo o progresso é uma coisa maravilhosa. Para nós que estamos acostumados, não sabemos a importância de apertar um botão e ver a luz acender. Eu, nesse meu começo de mandato, após todo esse tropeço, essas andanças, as dificuldades da eleição que todos nós sabemos como é, é muito difícil uma eleição. Eu me comprometi, eu disse que vamos fazer um belíssimo trabalho de ajudar essa gente, que é responsável por uma alimentação mais barata da nossa que vivemos na capital, porque, se tiver produção, o produto baixa. Na escassez o produto aumenta e aumenta em qualquer lugar. Muitas vezes a gente acompanha pelo Jornal Nacional as pessoas informando que subiu o feijão, a carne. Lá, quando falta, também sobe o preço. É muito importante que esta Casa dê oportunidade ao governo de começar um trabalho. Eu quero parabenizar o Deputado **Brito,** preocupado com a questão dos empresários. É importante que a gente realmente discuta essas questões, porque, sem dúvida nenhuma, é muito difícil para o nosso empresário a questão da sonegação. São muitos espertalhões. A gente tem que dar oportunidade para que se coloquem balanças, que instrumentalizem a fiscalização, para que as pessoas possam trabalhar com transparência e possam dizer que têm orgulho em poder trabalhar em Roraima. Eu vejo hoje essa caminhada como um desafio muito grande. É muito importante que a gente instrumentalize esse governo para que ele tenha oportunidade de dar uma resposta, porque somos nós, é o povo de Roraima que será beneficiado.

Aparte concedido ao Senhor Deputado **Ionilsom Sampaio** – Eu queria parabenizar Vossa Excelência pelo pronunciamento, mas eu queria dizer que a indicação que o Deputado **Brito** está fazendo ao governo do Estado é uma indicação que não diz respeito à sonegação, pelo contrário, ele pede a desoneração da carga tributária, e eu tenho certeza que Vossa Excelência irá defender essa ideia para os itens da cesta básica. A nossa cesta básica hoje, não sei se Vossa Excelência tem conhecimento da lei, existem em torno de 10 ou 12 itens no Estado e pagam uma alíquota em torno de 12%, e uma decisão do CONFAZ diz que isso pode baixar para 7% e ele está pedindo que seja incluso mais alguns itens e que o Estado adote como adotou São Paulo, o Amazonas, Minas Gerais. Quase todos os Estados da Federação desoneraram os itens da cesta básica. Quem ganha com isso não é o empresário, quem ganha é a população, porque, quando o empresário paga mais imposto, ele repassa ao consumidor. Quando você desonera, a população irá ganhar, o empresário continuará pagando. Se ele pagava doze, vai continuar pagando doze; se ele pagava sete, irá continuar pagando sete. Se ele pagar sete, ele poderá baixar os itens da cesta básica.

O Senhor Deputado **George Melo** continua – Se você desonera, não compensa sonegar, porque os valores irão ficar praticamente iguais e você vai correr o risco de pegar uma multa. Hoje é muito fácil uma pessoa que sonega competir com quem paga os tributos regularmente. Se a gente trabalhar com os impostos mais baixos, o empresário que sonega vai dizer: "eu vou pegar uma multa muito alta é melhor eu pagar". Os preços estão muito parecidos. Às vezes, você perde no varejo, mas ganha no atacado.

Aparte concedido ao Senhor Deputado **Brito –** É interessante o projeto de desoneração fiscal, conforme o Deputado **Ionilson** fez a explanação, mas é interessante e temos que tomar providências quanto à isenção, na Zona Franca, do PIS e CONFINS, que voltou a acontecer, e a concorrência desleal está acontecendo hoje, por conta de que grandes redes de supermercados no Amazonas compram sem pagar esse tributo e repassam para o nosso Estado, porque aqui existem filiais e existe uma diferença de 9% da alíquota, e nós somos prejudicados, porque há essa concorrência desleal. Essa é outra demanda da classe empresarial e temos que nos unir para proteger o nosso comércio, a geração de emprego e renda proporcionada pela classe empresarial do segmento da distribuição no atacado e no varejo.

O Senhor Deputado **George Melo** continua. – Para mim é uma satisfação muito grande estar estreando no Plenário.

Aparte concedido à Senhora Deputada **Aurelina Medeiros –** Essa proposta do Deputado **Brito** é o sonho de todos nós. É uma discussão boa que iremos travar aqui. O que nos preocupa é a nossa falta de competência para renunciar impostos. Aqui a gente é muito amarrado ao CONFAZ; a gente não tem autonomia, nem governo e nem ninguém, com relação a renuncia fiscal, mas é uma discussão espetacular que teremos aqui.

O Senhor Deputado **George Melo** continua – Aqui é uma Casa de idéias e é importante que a gente possa ampliar o debate, porque certamente a população de Roraima vai ganhar com isso e a gente precisa discutir e ter serenidade para que possamos construir um governo que as pessoas tenham orgulho desta Casa. Eu tenho certeza que vamos começar a construir isso fazendo daqui uma Casa de debates, muito obrigado.

O Senhor Deputado **Gabriel Picanço** – Senhora Presidente, Senhoras e Senhores Deputados, platéia, imprensa, servidores, Senhoras e Senhores, bom dia. Ao iniciar minhas palavras, quero agradecer a Deus por este momento. Hoje se inicia um grande desafio em minha vida, pois o mais importante de minha caminhada já foi dado. Creio que o primeiro passo para estar aqui hoje foi por muita determinação, pois nada se conquista por acaso; é preciso que se busquem seus objetivos. Estou Deputado Estadual não para os 3018 votos que tive. Esses me deram credenciamento para ser porta-voz de cada cidadão do Estado de Roraima. Serei incansável na busca do desenvolvimento e isso só acontece com investimento na saúde, educação, segurança, agricultura, pecuária, estrada, saneamento básico, geração de emprego e renda e ações sociais. Precisamos urgentemente resgatar o espírito do empreendendorismo para poder desenvolver nosso Estado. Mas para isso é preciso trabalharmos em conjunto, pois ninguém faz nada sozinho. Serei o Deputado para resolver os problemas que, ao longo dessa jornada, irão surgir. Farei oposição em tudo aquilo que não atenda aos interesses do povo, mas, quando for preciso, não hexitarei em reconhecer os méritos do Governo. O mandato de Deputado tem validade, mas para que essa validade seja prorrogada é preciso, acima de tudo, defender e lutar pelos interesses do povo, apresentando projetos e propostas que venham beneficiá-los. Percebo que a tarefa é difícil, mas se não quiséssemos lutar não procuraríamos a luta. Tudo o que tenho aqui foi conquistado com muita determinação. Roraima já fez muito por mim, aqui construí família, conquistei amigos e agora chegou a minha vez de retribuir e isso farei, pois quero ver Roraima um Estado forte e promissor, e que as pessoas que aqui vivem tenham orgulho de dizer: sou de Roraima.

Ao encerrar minhas palavras, Senhora Presidente, Senhoras e Senhores, quero agradecer à minha família e aos meus amigos que também fazem parte dela e dizer que o gabinete que ocupo nesta Casa seja a extensão da casa de cada um de vocês, na luta por um Estado melhor.

Quero informar que estou trabalhando em uma indicação ao Senhor Governador, para que se faça a vacinação do rebanho bovino do Estado, na sua totalidade, pois sou conhecedor de quase todo o Estado de Roraima. Conheço do Flexal à Santa Maria do Boiaçu, inclusive, por canoa; do Tepequém à Maloca do Jacamim. Sei que nessas localidades existem diversos animais que não são vacinados por falta de estrutura dos pequenos criadores, como o curral para que se vacinem os animais. Estamos cometendo um crime muito grande, porque, se aparecer um foco de aftosa o nosso Estado passará dez anos sem poder vender um quilo de carne para outros estados. Convoco os meus Pares para que nos ajudem a fazer essa indicação para que o Governo do Estado.

Aparte concedido ao Senhor Deputado **Jean Padilha –** Parabéns pela sua colocação em relação à pecuária. Eu até gostaria de sugerir levarmos ao Governo do Estado para subsidiarmos a vacina da aftosa, porque um pecuarista com 200 cabeças de gado eu acho que fica difícil para ele pagar um e cinquenta, um e oitenta, em uma dose, além da pistola de quatrocentos reais. Nós sabemos que o problema da aftosa hoje é um caso sério. Precisamos também regularizar a situação do nosso frigorífico para que possamos também importar e exportar o nosso gado de Roraima.

O Senhor Deputado **Gabriel Picanço** continua.– No esboço da nossa indicação consta que o governo subsidie 50% dessa vacina. Porque vem dose de 10 e de 50. Quem tem 15 animais não compra 20, compra 10 e deixa 5 sem vacinar, e quem tem 40 animais talvez faça a mesma coisa. Eu falo com conhecimento. Muitos cidadãos da região Sul do Estado deixam de vacinar seus animais e compram só as notas para que levem à Secretaria de Agricultura para serem legalizados.

Aparte concedido ao Senhor Deputado **Célio Wanderley.** – Eu concordo contigo, você está 100% correto, mas enquanto não montarmos a estrutura em todas as localidades e fizermos um levantamento correto de todos os animais e propriedades, para que

possamos ter um sistema de fiscalização, não adianta dar a vacina. Eu dou a vacina aos meus vizinhos e, quando eu vou lá, eu encontro a vacina do mesmo jeito, vencida, e ele não fez. Por quê? Porque não existe a fiscalização, não existe um levantamento correto de todas as propriedades do nosso Estado. Os escritórios têm que estar montados em todos os municípios, com pessoal e condições, para que possam efetuar essa fiscalização. Enquanto isso não ocorrer, nós vamos ficar malhando em ferro frio. Eu tenho essa preocupação. Eu vejo com tristeza vários alarmes de focos de aftosa no Estado. Quando se vai pesquisar, não são confirmados. É como a história da galinha: grita antes de botar o ovo. Essas questões deveriam ser primeiro averiguadas, para que fossem anunciados, porque essas questões têm prejudicado o nosso Estado diretamente, por essa falta de fiscalização e essa falta de controle que a gente tem hoje no Estado de Roraima.

O Senhor Deputado **Gabriel Picanço** – Nós fomos eleitos para tomar conta do povo de Roraima, do seu rebanho e de tudo que estiver ao nosso alcance.

Vamos nos unir, vamos solicitar ao Governo do Estado que contrate técnicos para que fiscalizem na hora da aplicação da vacina. As doses vão às caixas e só quem abre são os técnicos da agricultura para a aplicação nos animais. Vamos criar oportunidades junto com os colegas, o governo e fazer convênio com o Ministério da Agricultura para que ele possa ajudar nesse projeto, que é de suma importância para a economia do Estado de Roraima. Ajudem-nos a ajudar Roraima a crescer, nos deem essa oportunidade e vamos à luta, porque eu tenho certeza, se cada um de nós der um pouquinho, iremos conseguir fazer muita coisa para que este Estado seja o maior celeiro de produção agrícola da região norte. Eu tenho fé em Jesus que iremos conseguir. Muito obrigado.

O Senhor Deputado **Remídio Monai** - Senhor Presidente, Senhores Deputados, quero aqui dar boas vindas aos novos Deputados e dizer a todos os Deputados que, nesse novo mandato, o Deputado **Remídio** está desarmado e pronto para fazermos um trabalho em conjunto. O que eu puder somar com a minha humilde experiência com os novatos, estamos às ordens, independente de ser situação ou oposição. Quero aqui estender minha mão e dizer que o Estado de Roraima precisa muito do nosso trabalho. Então, contem comigo, o que eu puder fazer, para que a gente possa fazer da sexta legislatura a melhor legislatura.

Quero aproveitar para agradecer os funcionários desta Casa que durante o meu primeiro mandato deram uma dedicação especial, uma contribuição muito grande. Sem os funcionários e colaboradores o que seria de nós, principalmente quando somos novatos. Os funcionários são os que dão grande contribuição e fazem muito pela gente.

Quero dizer também do meu propósito desse meu novo mandato que hoje se inicia. Agora, com a experiência, quero aproveitar melhor o tempo. Quero aproveitar o conhecimento que a gente adquiriu nas andanças pelo interior, nas nossas visitas nas vicinais, nos municípios e nas vilas, para a gente começar, já que se mostra que será um ano de grandes dificuldades, não só em Roraima, mas no Brasil, por que não dizer no mundo. Enfrentamos uma dificuldade muito grande e precisamos, mais do que nunca, nos ater a essas dificuldades, somando os esforços, para que o Estado de Roraima possa deslanchar, crescer, gerar emprego e renda, que é o que tanto necessita a nossa população, e é o que nós pregamos nas nossas campanhas e nas nossas andanças do dia-a-dia.

Quero começar mostrando uma das preocupações das minhas andanças pelo interior nesse recesso parlamentar. Os pescadores do Estado de Roraima vivem numa situação muito difícil. Deputado **Mecias**, hoje o rio Jauaperí está fechado para pesca, o Rio Anauá também e agora, por ultimo, a FEMACT fechou o Rio Branco, sem falar naqueles rios que também despejam no rio Branco.

Os pescadores passaram uma fase difícil nesses dias com a questão do Seguro Defeso. O Ministério do Trabalho, juntamente com a Polícia Federal, vêm fazendo um trabalho, e aí quero dizer que, em parte, necessita realmente de se fazer uma fiscalização nessa situação, porque hoje em dia uma grande quantidade da população do interior está inscrita como pescador, e o que é necessário para o cidadão se cadastrar como pescador? Ele simplesmente teria que ter um barco, uma canoa e aí já era considerado um pescador; aí ele ia lá e se cadastrava para receber o Seguro Defeso.

Então, a Polícia Federal vem fazendo, juntamente com o Ministério do Trabalho, uma grande fiscalização, e eu acho que tem que se fazer, tem que separar o joio do trigo e está corretíssimo, mas, hoje, o que acontece: a população do interior já não pode desmatar. Há uma grande dificuldade, uma grande confusão, hoje, para se conseguir uma licença ambiental, porque não pode desmatar. Para se criar um tanque de peixe também tem uma grande dificuldade de licenciamento e aí sucessivamente. Hoje também já não se pode mais praticar o garimpo no Estado, então o pescador achou uma forma de sobreviver, e, agora, ninguém pode pescar mais.

Então, Senhor Presidente, posteriormente encaminharei um pedido, por escrito, para a gente fazer uma audiência pública e convidar o Ministério do Trabalho, Polícia Federal, os pescadores, o sindicato e toda sociedade envolvida para que a gente possa buscar uma solução.

Aparte concedido ao Senhor Deputado **Soldado Sampaio** – Na última quinta-feira, estive em Caracaraí e Vista Alegre a convite do Sindicato de Pescadores de Caracaraí e Associação dos Pescadores de Vista Alegre, e fiz uma grande reunião com a comunidade pesqueira do Baixo Rio Branco. Na ocasião recebi um ofício, o qual quero compartilhá-lo com os demais colegas sobre a real situação do pescador do nosso Estado. A FEMACT baixou a Portaria 01, do novo Presidente, proibindo a pesca e quebrando um termo de acordo feito entre os pescadores, IBAMA, FEMACT, que vinha prevalecendo e a partir dessa portaria, proibiu a pesca no Rio Itapará, Rio Água Boa, Rio Univinir e Rio Xeruim, ou seja, diminuído bastante a região de pesca. São basicamente quase duas mil famílias! Então, quero compartilhar com Vossa Excelência essa preocupação, inclusive fiz um convite na sabatinação do Luiz M, que o é novo Presidente da FEMACT, que os pescadores estarão aqui, com toda certeza, reivindicando que seja revogada essa portaria e prevaleça o acordo, pois foi um entendimento entre todas as partes. Então, a FEMACT, de maneira unilateral, revogou o acordo e está prejudicando quase duas mil famílias que sobrevivem da pesca no Baixo Rio Branco, na comunidade de Caracaraí e Vista Alegre. Estão pedindo socorro a este Parlamento para que a gente traga a discussão, e com toda certeza, o Presidente da FEMACT passará pela sabatinação e será o momento, ou mesmo na audiência pública, como o Senhor propôs.

Então, quero compartilhar essa preocupação dos pescadores do Baixo Rio Branco. Estão transformando o Baixo Rio Branco em rede hoteleira de turista. Nada tenho contra o turismo, mas precisamos tratar com mais respeito e dignidade os pescadores, precisamos criar mecanismos, alternativas, para que esses pais de famílias não fiquem desempregados, como ficaram boa parte dos agricultores que foram tirados da área Raposa/Serra do Sol.

Então, é hora da gente tomar providências sobre essa questão e compartilho com Vossa Excelência essa preocupação.

O Senhor Deputado **Remídio Monai** – Muito obrigado pelo seu aparte, Deputado **Sampaio**, e eu o convido para que a gente assine, em conjunto, esse pedido, para que a gente possa fazer uma Audiência Pública, para tratarmos dessa questão o mais breve possível.

Quero falar aqui também, Senhor Presidente, sobre a criação de novos municípios. Estive, juntamente com o Deputado **Joaquim Ruiz,** no Ceará, para acompanharmos como é que aquele Estado criou os municípios, e nós trouxemos uma farta documentação. Infelizmente ainda dependemos da lei que tramita no Congresso para regulamentar a criação de novos municípios. A lei foi aprovada no Senado e agora está na Câmara dos Deputados para ser aprovada e aí a gente precisava fazer aqui reivindicações junto aos nossos Deputados Federais, para que eles possam agilizar, para que essa lei possa ser aprovada, o mais breve possível, lá na Câmara dos Deputados.

Aparte concedido ao Senhor Deputado **Mecias de Jesus –** A lei aprovada na Comissão de Justiça do Senado, de autoria do Senador **Mozarildo**, está apta para ser votada pelo Plenário da Câmara. No entanto, para nós, ela parece um pouco prejudicial, especificamente para o Estado de Roraima e para alguns Estados da região norte, porque ela limita em cinco mil habitantes por município que pretenda ser criado, ou seja, o município a ser criado não pode descaracterizar o município mãe e o município mãe também tem que ficar, no mínimo, com cinco mil habitantes. Isso dificulta muito a criação de novos municípios no Estado de Roraima. Vamos ter que fazer algumas junções, e nós que pensávamos em criar cerca de 8, 10 municípios, para desenvolver mais e colocar o poder público mais perto da população, vamos ter dificuldades para criar aí nesses termos, nesses moldes, 05 ou 06 municípios. Eu quero defender que sou um municipalista convicto, e quero me associar a Vossa Excelência pedindo ao Presidente **Chico Guerra** que adote providências para que os Deputados comecem a criar esse sistema, criar os novos municípios, apontar dentro do que está sendo votado pela Câmara, para que a gente possa adiantar esse

processo, e, tão logo esse projeto seja aprovado pela Câmara Federal, nós já temos aqui todas as medidas tomadas pela Assembleia Legislativa. Assim, fica mais próximo de solicitarmos o plebiscito no Tribunal Regional Eleitoral e, concomitantemente, criarmos os novos municípios, e que no próximo ano possa se fazer eleição nesses novos municípios. Para aqueles que são contra a criação de novos municípios, é só ir ao município de Cantá e perguntar se eles querem voltar a ser município de Bonfim; perguntar de Alto Alegre e Caroebe se eles querem voltar a ser município de São João da Baliza, e Rorainópolis, se quer voltar a ser município de São Luiz do Anauá. Há alguns que ficam no discurso, na teoria, que não estudam profundamente e que se manifesta contra a criação de novos municípios.

Sou favorável, porque isso vai ajudar muito o desenvolvimento do nosso Estado, vai levar às regiões distantes, como Santa Maria do Baiacu, o poder público para ficar mais próximo do povo e vai impedir que invasores possam se apropriar de terras brasileiras, roraimenses, sem ter o poder público lá para fiscalizar. Associo-me a Vossa Excelência pela preocupação.

O Senhor Deputado **Remídio Monai** continua. – Obrigado, Deputado **Mecias.** Quero só pedir ao Presidente que, devido o assunto ser de interesse de todos, que estenda o meu tempo um pouco mais.

O Senhor Presidente (**Chico Guerra)** – Dou-lhe dou mais cinco minutos.

O Senhor Deputado **Remídio Monai** continua. –Então, meus amigos, queria acrescentar, só a título de informação, o que nós colhemos lá, eu e o Deputado **Joaquim Ruiz,** no Ceará. Lá, mesmo com a lei em tramitação na Câmara dos Deputados, não impediu que eles criassem os municípios. O Ceará criou os municípios, o Governador Sancionou, e eles pediram ao TRE para fazer o plebiscito no ano passado. Só que quando chegou o pedido no TRE, o TRE já estava com as urnas programadas para as eleições, então, o TRE pediu que neste ano eles fizessem o plebiscito. O Ceará se enquadrou nas normas que estão tramitando no Congresso e começou a criar. Lá no Ceará, o nordeste está com a criação a partir de sete mil habitantes. O que o Ceará fez? Eles atualizaram a lei na Assembleia, a partir de 08 mil habitantes, para ter uma folga. Então, o que eu acho que nós precisamos fazer aqui, nós que tínhamos colocado, a partir de 03 mil habitantes, infelizmente acho que não vai dar, não tem como a gente ir de encontro com a lei federal. A lei federal, para nós aqui do norte, é de cinco mil habitantes. Então, eu acho que nós vamos ter que fazer uma emenda para nos adequarmos à lei federal, para a gente poder criar, como o Ceará fez. Então, de imediato, o que nós precisamos fazer, é que o Presidente possa criar uma comissão técnica, e essa comissão teria que buscar junto ao IBGE o censo e, a partir daí, começarmos a trabalhar na criação desses municípios.

Consegui com o IBGE, só que o IBGE informou só a população por município e essa para nós não é suficiente; precisamos ter informação do IBGE por vila, por região, porque eu aqui hoje pretendo apresentar um requerimento à Casa pedindo o estudo de emancipação de algumas Vilas e aqui dizer aos meus colegas, se quiserem assinar, em conjunto comigo, ótimo, vamos fazer isso em conjunto. A minha sugestão seria a emancipação das Vilas de Equador e Jundiá e transformá-las em um município; Colina transformá-las em outro. Que a gente pudesse transformar o Novo Paraíso em um município não é o que o Deputado **Remídio** quer não. Teríamos que fazer um estudo, porque os estudos do Ceará, que nós trouxemos, são bastante criteriosos, envolvem uma séria de questões e eu quero sugerir que o Novo Paraíso pudesse agregar a Serra Dourada, talvez a Vila Moderna, o Quilômetro 55 da RR, para que a gente pudesse, então, criar condições para que o Novo Paraíso pudesse também entrar. Poderíamos fazer um estudo incluindo a Vila Martins Pereira, se necessário for. Está aí o Senhor Juarez, da Vila Moderna, ouvindo atentamente e vi que se contorceu pela possibilidade, mas sugiro ainda Félix Pinto. É uma outra região que, na minha opinião, tem como se transformar. Quem sabe daria para fazer Apiaú e Campos Novos, mas se não der para fazer dois, fazer o estudo para ver qual das duas sedes das Vilas poderia ser transformada em município, Apiaú ou Campos Novos? Por que não o Taiano? A gente englobar o PA Nova Amazônia e fazer um município forte naquela região. Santa Maria do Boiaçu é uma necessidade. As pessoas mais distantes da Tacuera e Xixiaú demoram, às vezes, três dias de barco para chegar a Caracaraí. Quando chegam lá, eles ainda têm mais 150 quilômetros para chegar à sede do município, que é Rorainópolis.

Então, imaginem vocês, as famílias que ali precisam se cadastrar no PET, bolsa família têm que vir numa distância dessa para chegar à sede do município para se cadastrar. Então, uma vez que ali se transformar em município, nós teremos como fazer Santa Maria do Boiaçu ter a sua sede e poder buscar emendas dos Deputados Estaduais e Federais. Santa Maria está construindo um aeroporto de médio porte, que poderá desenvolver o turismo naquela região, sem prejudicar os pescadores.

Então, eu acho que a criação desses novos municípios, e porque não fazermos um estudo também da Vila Vilhena com São Francisco, talvez englobando Taboca, Malacacheta, para que a gente pudesse criar um município que tivesse condições de se desenvolver.

Aparte concedido ao Senhor Deputado **Ionilson Sampaio** – Deputado **Remídio,** eu não sei como foram criados esses municípios lá no Ceará. Assisti a uma palestra do Deputado **Domingos Filho,** que agora é vice-Governador do Estado do Ceará, lá em Belo Horizonte, no ano passado, e ele nos deu uma base, mas foi uma coisa muito rápida e foi num evento em Belo Horizonte. No Acre também se criou recentemente município, e também em Rondônia, me parece com decisão judicial. Agora, se isso ainda está pendente na Câmara Federal, eu acho que a gente pode avançar os trabalhos aqui e deixar tudo pronto para quando a Câmara Federal decidir em que base serão criados esses municípios e aí nós podemos fazer alteração na nossa lei para não ficar em confronto com a Federal, e aí sim nós criamos os nossos municípios. Por que se nós criamos antecipadamente, como aconteceu no Ceará, e a União não reconhecer, não vão repassar Fundo de Participação, não vão fazer as transferências federais que são regulamentadas de acordo com essa legislação. É bom avançarmos o trabalho e termos cautela e aí sim trabalharmos politicamente para que a nossa bancada lá e os nossos representantes no Congresso façam uma coisa que venha atender o Estado de Roraima. Obrigado.

O Senhor Deputado **Remídio Monai –** Concedo aparte ao Deputado **Chicão da Silveira**.

Aparte concedido ao Senhor Deputado **Chicão da Silveira** – Queria cumprimentar Vossa Excelência, que quando faz o uso desta tribuna faz com que haja uma participação em massa dos companheiros em todos os temas que Vossa Excelência aborda, de suma importância para o Estado de Roraima.

Queria só fazer uma observação na fala se Vossa Excelência. Voltando um pouco atrás, a Superintendência do Ministério do Trabalho hoje no Estado de Roraima, indicação do meu partido PDT, no período de defeso no ano passado, nós tivemos um problema para se resolver. Tínhamos inclusive funcionários públicos federais que recebiam o recurso vindo aos pescadores na época do período de defeso. A partir de primeiro de março, começa o período de defeso, são quatro meses de pagamento, que é de responsabilidade da superintendência do Ministério do Trabalho, hoje na pessoa do Doutor **Mário Rocha**, e estamos prontos para efetivar; não temos nada com a suspensão da pesca dos rios do Estado de Roraima, o que aconteceu, Deputado **Remídio Monai?** Uma famosa revista americana publicou que os rios do Estado de Roraima são os melhores rios do mundo para pesca esportiva, então houve uma invasão em massa dos pescadores oriundos do Estado do Amazonas, e principalmente os gringos. Hoje no Baixo Rio Branco é um refúgio desses gringos para prostituição infantil. É um absurdo o que está acontecendo, realmente tem que ser revisto, e os dividendos econômicos não ficam no Estado de Roraima, vão tudo para o Amazonas e aqui não chega nada. Então, realmente, é preciso que nós possamos coibir essa prostituição infantil, que possamos ter os dividendos econômicos aqui no Estado de Roraima. É necessário que se estabeleça a ordem nesses rios. Então, temos que buscar de imediato uma contrapartida para esses pescadores, para que eles possam sobreviver com suas famílias. Não podemos deixar o Estado ser destruído da forma como ele está sendo destruído, e não ficar nenhum dividendo econômico aqui para nós. Parabéns a Vossa Excelência.

O Senhor Deputado **Remídio Monai** continua. – Pode ser feito um estudo, se é melhor unir a São Luiz ou criar o município de Novo Paraíso, juntando Serra Dourada. Então, isso pode ser estudado, principalmente ouvindo a população de lá.

Solicito que seja marcado uma audiência pública para tratar da questão dos pescadores, para ouvirmos as pessoas envolvidas e as entidades que atuam na área. Hoje fecharam o rio Anauá, Jauaperi, Branco e demais rios.

O Senhor Deputado **Rodrigo Jucá** - Senhor Presidente, demais colegas, ocupo a Tribuna para entregar a Vossa Excelência e pedir a leitura da comunicação da indicação do Líder de Governo **Joaquim Ruiz,** que cria o bloco parlamentar da maioria, que indica para a liderança do bloco a minha pessoa, e o bloco terá como primeiro vice-líder o Deputado **Xingu,** e segundo vice-líder o Deputado **Célio.** Quero agradecer a confiança dos colegas. Hoje, na primeira Sessão do

ano, muitos temas já foram suscitados. Eu tenho certeza que a Assembleia vai discutir com exaustão o tema, não vai faltar nenhum assunto, principalmente a criação de novos Municípios. Tem também o tema da carga tributária, que é extremamente importante, que causa tanta polêmica entre Boa Vista e Manaus. Não reside só em PIS e COFINS, mas também na acumulação de crédito do ICMS da produção, e Vossa Excelência sabe disso. É um outro assunto que nós temos que tratar com o Governador **Anchieta,** no âmbito do COFAS, mas trataremos aqui de assuntos que ainda não foram mencionados, mas que ontem foram mencionados na Mensagem do Governador **Anchieta,** da qualidade da educação, da qualidade da saúde, das estradas, da distribuição de energia elétrica no interior do estado, entre outros temas importantes.

O bloco estará unido formado desde ontem. Estão unidos para dar apoio às metas que o Governo estabelecer, mas também para cobrar que essas metas aconteçam.

Quero aproveitar para cumprimentar os repórteres, pela passagem do seu dia, os que são tão importantes no meio jornalístico. Em nome do bloco, quero saudar a todos que fazem cobertura da Assembleia, seja ela escrita ou sonora. Muito obrigado!

O Senhor Presidente (**Chico Guerra) -** Quero agradecer a presença do Deputado **Airton Cascavel,** ex-Deputado Federal, Vice-Governador. Seja bem-vindo a esta Casa.

Eu iria fazer um pronunciamento no começo da Sessão, mas, por motivo de força maior, tivemos que ir a um outro compromisso, mas vou fazê-lo agora.

Senhoras e Senhores Deputados, imprensa, servidores, amigos e amigas, ontem tivemos a abertura formal do Ano Legislativo de 2011. Isso ocorreu de modo festivo, quando aqui recebemos o Governador **Anchieta Júnior,** prestando conta dos seus atos passados e fazendo uma projeção para este ano. Portanto, considero ser esta Sessão a que marca o início do Ano Legislativo. Estou feliz por presidir este Poder e poder contar com uma Assembleia 50% renovada, mas ao mesmo tempo experiente. Estou bastante motivado para este desafio e confiante no sucesso desta Casa Legislativa, porque sempre posso contar com os meus colegas parlamentares e com todos os servidores desta Casa. Ao fechar um triângulo, buscarei parcerias com órgãos públicos e privados, em todos os níveis da administração. Assumo perante a sociedade de Roraima o compromisso de que este Poder não será subserviente e que não será guiado ou teleguiado por este ou aquele segmento. Faço parte de um grupo político, farei tudo pelo meu grupo político, mas, acima de tudo, vai estar o Poder Legislativo. Esta Casa manterá a tradição de ter compromisso com a sociedade, viver em função da sociedade e atender aos clamores da sociedade. Por isso acredito, também, que este Poder nunca teve e nunca terá vocação para meros denuncismos. Todos nós deveremos esperar o excelente trabalho para esta augusta Assembleia, tanto da oposição, que se forma neste momento como na situação. Na oposição, temos parlamentares que simbolizam esperança em boas atuações. Temos novos Deputados como os Deputados **Sampaio e Diego,** Deputados que estão nesta Casa com uma vontade grande de crescer. Deputado **Gadriel,** Deputado **Brito,** Deputados compromissados com o Estado de Roraima. Temos, também, Deputados como **Flamarion Portela**, pois tenho certeza que esta Assembleia é a única que tem em seu quadro de Deputados um ex-Governador. Temos o Deputado **Ionilson Sampaio,** que segue sua tradição familiar. Temos o Deputado **Mecias de Jesus,** que já foi presidente por oito anos nesta Casa. Tenho certeza que estes Deputados farão uma oposição responsável e dirigida para o desenvolvimento do Estado. Da outra parte, temos o nosso Bloco Governista: queria começar pela experiência de **Erci de Moraes,** um homem conhecido em nosso Estado, que irá nos ajudar muito com sua experiência. Temos o nosso Deputado **Marcelo Natanael,** que traz no bojo a esperança de que este Estado possa crescer com o seu trabalho. Queria aqui abrir um parêntese para lembrar algo de quando fiz minha segunda campanha **Marcelo Natanael** tinha de sete a oito anos e ele andava com um monte de santinho meu dentro da bolsa para distribuir na escola. Por isso, Vossa Excelência é para nós sinônimo de orgulho, assim como para o Estado de Roraima.

Aparte concedido ao Senhor Deputado **Marcelo Natanael** – É uma honra para mim o fato de ter você como Presidente nesta Casa, bem como de poder sentar ao lado de uma figura tão experiente, Deputado **Erci de Moraes**. O Povo de Roraima está feliz com essa renovação de 50%, para juntar a vontade de mudança e a experiência de pessoas compromissadas, e falo em nome dos 12 Deputados que aqui estão: nós vamos fazer um ótimo trabalho aqui. Quero dizer que o Senhor faz parte da razão por eu estar aqui.

O Senhor Presidente (**Chico Guerra) –** Temos também o Deputado **Joaquim Ruiz,** que já foi Prefeito do interior, sempre militante político, Secretário, enfim, é uma pessoa altamente preparada para contribuir com o desenvolvimento do Estado. Assim como o Deputado **Xingu**, que também foi Secretário Municipal em alguns municípios e que também tem experiência e, sem sombra de dúvida, irá ajudar nessa nossa temporada. Temos o **Coronel Chagas,** que é um militante que apesar de ser militar, sempre atuou na política e está atento aos problemas do Estado, e dará muito subsídio para que esta Casa possa se desenvolver melhor. Temos o Deputado **Remídio Monai**, que é um Deputado de segundo mandato, e tem uma experiência muito grande com sua visão empresarial e, sem sombra de dúvida, poderá fazer parte desse nosso sucesso. Temos o Deputado **Célio Wanderley,** que, assim como eu, já tem seis mandatos nesta Casa. Ele tem que ser tratado como uma pessoa que merece da gente todo o carinho por tudo aquilo que ele fez e poderá fazer pelo nosso Estado. Temos a nossa Deputada **Ângela Portella,** que já vem acompanhando a tradição familiar de seu pai, mãe e agora ela. Temos o Deputado **Rodrigo Jucá,** novo advogado, com pouca experiência, mas que tem uma força de vontade muito grande e tenho certeza que tem um comprometimento, pois que desde pequeno foi criado em uma família de político, e, sem sombra de dúvida, será um brilhante Deputado e que traz no seu sangue o DNA. Que Deus lhe proteja e que Vossa Excelência seja um grande líder neste Parlamento. Por isso, quero dizer a vocês que, com esses nomes, não tenho dúvida que nós vamos deixar a nossa população tranquila e reafirmo de que a Assembleia e sua Mesa Diretora, as Bancadas de apoio ao Governador **Anchieta**, o Bloco de Oposição, todos estarão, antes de tudo, no compromisso com o povo de Roraima. Como falei no início, nos portarmos com dignidade, altivez e subserviência. Todos havemos de prestar um grande serviço ao nosso Estado, de um modo contundente, porém coerente, e buscaremos as ações efetivas, criticando, apontando as falhas, elogiando, quando for o caso, dando o voto de confiança, analisando com critérios os projetos de cada parlamentar e de cada Poder com responsabilidade. Buscaremos a eficiência, longe do apelo fácil dos holofotes e das ações politiqueiras. Esse é o meu pensamento, esse é o meu desejo, essa é a minha certeza de futuro em relação ao desempenho do Poder Legislativo. Na oportunidade, trabalhei os rumos da nossa gestão, abordando o nosso pensamento em relação ao ano administrativo, legislativo e institucional, mas antecipo a vocês que serão muitos trabalhos e muitas vitórias com o apoio de todos. Temos metas, como simpósios sobre os diferentes temas e buscaremos a emancipação de novos municípios, parcerias com prefeituras e câmaras municipais, o funcionamento do CHAME e da ESCOLEGIS em todos os Municípios do Estado. Tentaremos marcar nossa gestão pela transparência e pela prestação de contas imediatas à população, a partir desta Tribuna, bem como, através dos meios adequados. Por isso, nobres Deputados, vamos arregaçar as mangas, o Estado precisa e muito da gente. Muito obrigado!

Informamos aos Senhores Deputados que não há Expediente para a Ordem do Dia.

Questão de Ordem do Deputado **Flamarion Portela.** Não havendo Ordem do Dia, com a permissão do Presidente **Mecias de Jesus,** eu solicito a Vossa Excelência o tempo da liderança.

O Senhor Presidente (**Chico Guerra) –** Não havendo Ordem do Dia, passo a palavra ao Senhor Deputado **Flamarion Portela.**

O Senhor Deputado **Flamarion Portela** - Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados, em nome do bloco da liderança, dou um abraço fraternal nos nossos queridos repórteres, afirmando, Deputado **Mecias de Jesus,** que ser jornalista em Roraima não é uma profissão, é um sacerdócio. Fazer jornalismo em Roraima é algo muito difícil e que carece de muita dedicação. Mas, meu caro **Joaquim Ruiz,** eu havia preparado o que vou dizer agora, porque eu mesmo rabisco meus discursos, mas eu estava preparado para amanhã, mas enxerguei a oportunidade do espaço da liderança e vou fazê-lo agora.

Um grupo de Antropólogos da Universidade de Harward fizeram um estudo profundo a respeito da vida do ser humano e buscaram nos seres humanos quais suas primordiais necessidades ou suas necessidades mais destacadas, e chegaram a conclusão que em qualquer época da modernidade a retroagir à idade da pedra, quer seja na China, na Europa, nos Estados Unidos, na Índia, a primeira necessidade do ser humano é a alimentação. A primeira luta do ser humano no seu dia a dia é a conquista do alimento. Se nós pegarmos o trabalhador humilde, que chamamos de trabalhador braçal, ele sai para podar um jardim, capinar um quintal; o dinheiro que ele vai ganhar, a primeira coisa que

ele faz é comprar o alimento para sua família. Qual é a segunda conquista do ser humano ao longo da sua história? É a conquista do lar, a conquista da casa. Então, estes são os dois objetivos do ser humano, conquistar o alimento, Deputado **Damosiel,** e conquistar o seu abrigo para dar dignidade a sua família. Pois bem, Deputado **Joaquim Ruiz,** eu vou falar aqui me dirigindo a Vossa Excelência e ao mesmo tempo representando a liderança do governo. Vou focar sobre o Vale-Alimentação. Olhe, **Joaquim,** o que eu vou falar aqui é a coisa mais profunda, mais verdadeira. Alguns vão achar que vou fazer exercício de demagogia, mas não vou. Vou falar a coisa mais cristalina do mundo. Eu conheci Vossa Excelência como Secretário do Vice-Prefeito da capital, mas tivemos um relacionamento mais estreito quando Vossa Excelência era prefeito de Iracema, e digo aqui, porque conversei muitas vezes com a **Ângela**, que sempre enxerguei em Vossa Excelência não só um elevado espírito político, mas enxerguei em Vossa Excelência um elevado espírito social. Eu dizia para Ângela que, das pessoas que eu conhecia, a que mais tinha faro pujante, que mais gostava de gente, que mais valorizava a pessoa, era o prefeito **Joaquim Ruiz**. Quantas festas eu fui lá ao seu município e Vossa Excelência dava uma sombrinha para as mães no Dia das Mães, uma garrafa térmica e outros brindes. Quantas vezes eu vi Vossa Excelência fazer o mesmo com aquelas crianças daquele município e fazer uma creche digna para aquelas crianças. Dos municípios que conheci, era o que' mais tinha casa de taipa, que é uma cultura do Nordeste. Este homem que está ali, muitas vezes o vi construir uma casa digna, num terreno que tinha uma casa de taipa. Hoje a gente vai lá a Iracema, não tem mais casa de taipa, ele extirpou, eliminou a indigna condição de moradia das pessoas daquele município. Fizemos, conjuntamente, casas populares. Eu sempre observei o Prefeito **Joaquim Ruiz**, preocupado com seu próximo, preocupado com os moradores dali, sempre estendendo a sua mão e sendo solidário com aquela gente. Quando nós íamos entregar o Vale-Alimentação, o Prefeito **Joaquim Ruiz** mandava pegar nas vicinais as pessoas para irem receber o Vale, da mesma forma quando íamos pagar o Pró-Custeio, e ele dando atenção, no intuito de atender às pessoas. Pois bem, meu querido Deputado **Joquim Ruiz**, vou, depois dessas palavras, adentrar no Vale-Alimentação. O Vale-Alimentação foi e é o maior programa de distribuição de renda deste Estado, talvez proporcionalmente dos estados do Norte do Brasil. Vi ano passado, o Senhor Governador entregar Vale-Alimentação de janeiro a outubro, sempre dia 27, 28 e 29. Vi aquela preocupação de constar no calendário de pagamento como despesas fixas, como custeio. Pois bem, passada a eleição, segundo turno, dia 22 de dezembro, já não tivemos mais o Vale no final do mês. O que era de novembro só foi pago dia 10 de dezembro e de lá para cá nem dezembro, nem janeiro e não se fala em pagar agora em fevereiro. Eles dizem: vamos fazer um cadastramento. Mas que cadastramento? Pois andamos, visitamos pessoas e perguntamos aos que são beneficiários do Vale-Alimentação, mas não estão sendo cadastrados. Ano passado o Governo de Roraima tinha 62 milhões para o Vale-Alimentação e este ano mandou para cá quase 72 milhões de reais. Pasme, meu caro **Joaquim Ruiz**, a bancada governista, orientada pelo Senhor Governador, suprimiu do Vale-Alimentação nove milhões e meio para mandar para o Tribunal de Justiça. A bancada também fez o mesmo com o Pró-Custeio, tirou sete milhões do Pró-Custeio para mandar, somando com nove e meio, dezesseis milhões e meio para o Tribunal de Justiça. Por que tirar do pobre? Por que tirar das pessoas necessitadas? Por que não tirou de investimentos? Por que não tirou de contrapartida? Eu, Deputado **Mecias**, Deputado **Ionilson** e outros Deputados que aqui estamos, mais outros Deputados, fizemos um documento formal e protocolamos aqui na Casa dizendo da nossa indignação e nosso desacordo em tirar esse valor do Vale. Pois bem, eu tenho lá em casa três cds com quase toda a proposta de campanha do Senhor Governador. Ele diz de forma taxativa, de forma incisiva, era compromisso de campanha de pagar 65 mil pessoas cadastradas no Vale-Alimentação R$ 150,00. Esse montante, Deputado **Joaquim Ruiz**, vezes 12 meses, somam 117 milhões. Quando veio para cá já não cumpriu e este ano temos menos orçamento com a supressão existente no ano passado. Quer dizer, as pessoas acreditaram, votaram, e nem mel nem cabaça, como dizia meu avô no Nordeste, nem tem os 80 e nem os 150. E nós vamos meu querido **Joaquim,** confiar na sensibilidade de Vossa Excelência, que o Senhor vai se entrincheirar nessa causa, vai defender o Vale-Alimentação, porque passou a ser um direito das pessoas, passou a ser inserido no orçamento das pessoas carentes. E eu tenho autoridade para cobrar, Deputado **Joaquim**, porque eu e **Ângela** criamos o Vale-Alimentação. Cada Deputado teve direito a um milhão e meio de emendas, e sabem o que fiz com a minha? Coloquei-a integral para o Vale-Alimentação. Estou fazendo a filosofia do beija-flor que, ao ver o incêndio na floresta, foi no rio e pegou uma gota d'água para dar a sua contribuição, para combater o incêndio. Se todos dos beija-flores da floresta também fizessem o mesmo, transformariam aquela gota d'água em uma chuva e apagariam o incêndio. Portanto, fiz a minha parte no sentido de atender, de contribuir para a elevação do valor do Vale-Alimentação. Ratifico mais uma vez que além de confiar no elevado espírito público de Vossa Excelência, eu confio no elevado espírito social que norteou a sua conduta. Vossa Excelência gosta de gente, Vossa Excelência é um defensor dos humildes. Estamos aqui para ajudar Vossa Excelência e o Governo a, simplesmente, cumprir o que foi prometido e, mais do que isso, não esquecer que há senhores, senhoras e crianças e pessoas humildes que precisam se nutrir a cada dia. Porque se isso não acontecer, como eu disse anteriormente. Por que a primeira conquista do homem é o alimento? Porque se ele não se alimentar, ele se debilita, adoece e morre. Então, se queremos ter uma saúde digna, temos a obrigação de estender as mãos às pessoas humildes e lhes fornecer, pelo menos, a dignidade do alimento. Muito obrigado!

O Senhor Presidente (**Chico Guerra**) – Senhores Deputados, atendendo à solicitação do Senhor Deputado **Rodrigo Jucá**, procederei à leitura do Of. nº 001. Bloco Parlamentar./ALE/2011, informando a formação de Bloco Parlamentar, conforme ata anexa, bem como, do Of. nº 002.Bloco Parlamentar./ALE/2011, apresentando o Deputado **Marcelo Natanael** como vice-líder do Governo e o Deputado **Jean Frank Padilha** como vice-líder.

Não havendo mais matéria para a Ordem do Dia desta Sessão, passamos para o Expediente de Explicações Pessoais.

O Senhor Deputado **Diego Coêlho** – Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados, imprensa e demais presentes, hoje, é Dia do Repórter e quero lembrar a importância desses profissionais, em Roraima, especialmente. Nem sempre o público entende a importância do trabalho do repórter dos jornais, revistas, rádio e televisão. Ele é o percussor, o que chega primeiro o que, repetidamente, lhe custa caro, às vezes, a vida. Esse profissional tem de se armar, acima de tudo, de desprendimento, precisa ter coragem e capacidade de iniciativa, disposição física e espiritual para enfrentar as adversidades do seu trabalho. É a estratégia de bem servir, de informar, de ajudar. Por isso, quero hoje destacar a importância desse profissional, o repórter, para nós parlamentares, que somos o eco da sociedade, pois sem eles nossas manifestações não chegariam ao povo. Meus parabéns aos repórteres da Folha de Boas Vista, Monte Roraima, Roraima Hoje, TV Roraima e demais emissoras de televisão que fazem a cobertura desta Sessão, e todos os repórteres, sejam da WEB ou rádios, que são o nosso elo com a sociedade. Parabéns a todos. Muito obrigado.

O Senhor Deputado **Soldado Sampaio** – Excelentíssimo Senhor Presidente, Senhores Deputados, eu queria aproveitar este momento para comunicar que a nossa assessoria encaminhou a todos os Deputados um Projeto de Indicação, solicitando providências do Executivo Estadual, no tocante à criação do Estatuto dos Servidores Militares do Estado. Já faz mais de 10 anos que os primeiros policiais e bombeiros do Estado ingressaram na Polícia Militar e Bombeiro e sequer temos uma lei básica, que é a lei essencial do estatuto, como prevê o Artigo 28 da Constituição do Estado. O Deputado Coronel Chagas sabe muito bem do que eu estou falando. Já tivemos uma conversa, e conto com o apoio de Vossa Excelência, assim como toda polícia e os bombeiros aguardam com muita ansiedade. Deputado **Chico Guerra**, Deputado **Brito**, nós temos 10 anos de Polícia Militar. Temos Policiais Militares que estão numa cadeira de rodas há oito anos e para todos os efeitos, conta como se estivessem na ativa, porque o Sistema Previdenciário do Estado não aposenta esses servidores pela ausência de legislação. Está mais do que na hora desta Casa ser solidário a esses trabalhadores que em vinte e quatro horas dão segurança ao nosso povo em apoiar e encaminhar ao Executivo, já que é da sua iniciativa a criação desse estatuto, assim como também uma lei de remuneração.

Encaminhei também ao gabinete de Vossa Excelência um Projeto de Indicação, que cria o quadro especial de Praça do Bombeiro Militar. Atualmente, o Corpo de Bombeiros tem a lei que permite aos ex-bombeiros do território promoção, de acordo com o tempo de serviço. E o bombeiro do quadro estadual entra soldado e, se ele não tiver a oportunidade de fazer o curso de sargento, ele vai passar 30 anos como soldado naquela unidade militar. Então, é mais do que justo esses profissionais: os bombeiros militares, que arriscam suas vidas e

são tão amados pela nossa sociedade, terem o direito a uma ascensão profissional. Então, essas duas indicações eu estou encaminhando a cada gabinete e peço apoio a esses trabalhadores da Segurança Pública. Então, era isso que eu queria comunicar aos membros desta Casa e ao nosso Excelentíssimo Senhor Presidente **Chico Guerra**.

O Senhor Deputado **Mecias de Jesus** – Eu quero também me congratular com todos os repórteres do Estado de Roraima, enfim, com todos aqueles que fazem a imprensa, a comunicação do nosso Estado. Aqueles que fazem o jornalismo do bem, do respeito e da credibilidade, eu quero abraçar a todos.

E quero, antes de seguir para o próximo passo, desconstituir o Deputado **Marcelo Natanael** de ser o Deputado mais novo da Assembleia Legislativa. Pelo que eu fui informado aqui, as aparências enganam. O Deputado Diego é mais novo do que ele dois anos.

Quero também abraçar o ex-Deputado Aírton Cascavel, que se encontra na nossa Casa e cumprimentar todas as pessoas presentes em nosso plenário. Quero abraçar mais uma vez o Deputado **Marcelo Natanael** pelo seu aniversário ontem e também abraçar o Conselheiro Henrique Machado, pelo seu aniversário hoje. Ele foi Deputado nesta Casa, é Conselheiro do Tribunal de Contas e merece o nosso abraço e os desejos de muitas felicidades para ele.

Quero me congratular com o líder **Rodrigo Jucá**, agora apresentado como líder da maioria. Dizer a ele que, se mantiver o exemplo do pai dele no Senado, vai ser líder aqui 16 anos. E dizer que temos a grata satisfação de trabalharmos juntos nesta Casa e com todos os colegas. Devemos iniciar um debate pelo bem do Estado de Roraima, porque aqui há homens de bem, como bem preconizou o Deputado **Flamarion,** elencando as virtudes do Deputado **Joaquim Ruiz**, que, com certeza absoluta, como dito pelo líder **Rodrigo Jucá,** vão também cobrar para que o Governo possa cumprir suas promessas.

Por fim, Senhor Presidente, falei a poucos minutos aqui da criação dos novos municípios e disse que o Senador **Mozarildo Cavalcanti** era o autor da lei aprovada no Senado Federal. Em nenhum momento eu disse que a lei era prejudicial para Roraima. Eu disse que a lei, no contexto, com 5 mil habitantes diminuiria o número de municípios que seria aprovado pelo Estado. Mas foi o mínimo que o Senador Mozarildo conseguiu para que a lei fosse aprovada no Senado. Tanto é que a região norte do Brasil, por um esforço duplo do Senador **Mozarildo Cavalcanti** é a que teve o menor número de habitantes para poder ser criado o município. Eu estou dizendo isso apenas para aproveitar, porque ela deve estar aqui presente, senão alguém se comunica com ela, a advogada Marcela, só para que ela refaça. Não sou adversário do Senador Mozarildo, pelo contrário, sou aliado dele e amigo pessoal. Muito obrigado, Senhor Presidente.

O Senhor Deputado **Célio Wanderley** – Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados, hoje, na realidade, é o nosso primeiro dia de trabalho, porque ontem foi apenas a apresentação. E, pelo tempo que nós estamos aqui na Assembleia: eu, **Mecias**, você presidente, **Flamarion**, eu gostaria de dar boas vindas também ao Erci, que já é um decano da nossa Casa. Dar boas-vindas aos novos colegas Deputados que estão começando seu primeiro mandato. Desejar boa sorte a todos. E dizer que aqui na Assembleia Legislativa é onde a gente efetivamente exerce a democracia. Aqui não prevalece a vontade de um. Ninguém aqui é dono de nada. Nós todos dependemos uns dos outros para que a gente possa efetivamente tornar nossa propostas viáveis. Então eu gostaria de dar boas-vindas a todos e que podem contar com o Deputado Célio naquilo que for possível, porque com minha experiência, posso contribuir para que a gente possa aprimorar as instituições do nosso Estado e possa trazer ao nosso Estado uma perspectiva de um desenvolvimento para que a gente possa ter no nosso Estado um melhor aproveitamento dos recursos que para cá são enviados, para que a gente possa fazer com que este Estado tenha uma perspectiva melhor. Quero aqui cumprimentar também o ex-Deputado **Aírton Cascavel**, meu amigo, que conviveu conosco durante tantos anos. É uma pena que ele tenha nos deixado temporariamente. Espero poder contar com ele, contribuindo com a nossa política e com o nosso Estado, hoje, como empresário. Eu tenho certeza que você é um empresário bem sucedido, como foi um político, quando permaneceu aqui nesta Casa; também bem sucedido fora desta Casa, no Congresso Nacional, e como Vice-Governador. Você nos faz muita falta neste Estado. E eu tenho certeza que, mesmo se você não quiser ingressar novamente na política, você pode contribuir com a sua experiência para que a gente possa aprimorar o nosso Estado. Obrigado pela sua presença, e seja sempre bem-vindo aqui. Compareça mais vezes aqui para nos dar essa alegria de poder compartilhar do seu convívio. Muito obrigado, Senhor Presidente.

A Senhora Deputada **Aurelina Medeiros** – Obrigada, Senhor Presidente. Como disse o Deputado **Célio,** esta é a nossa primeira Sessão deliberativa. E nós queremos aproveitar este momento de Explicações Pessoais para dar boas-vindas a todos os colegas. Dizer que, com certeza, a nossa turma, vamos chamar, assim, de novos os que estão chegando a esta Casa. Eu tenho certeza que para a Mesa é uma grata surpresa. São pessoas que estão lutando para participar bastante dos nossos debates, para buscar solução para os problemas crucias do nosso Estado. A gente quer dar as boas-vindas e dizer que o nosso legislativo fica honrado, merece pessoas com o perfil dos nossos colegas que estão chegando. Hoje aqui já foi um prova. Nós estamos discutindo questões já na nossa primeira Sessão, questões importantes para o Estado, que é a questão dos municípios. E aqui eu acho Deputado **Mecias,** que não foi o Senhor que falou que a lei era prejudicial não. Eu falei e acho que é prejudicial para o Estado, porque os nossos municípios têm uma população pequena e isso é do conhecimento de todos os Deputados que nos representam, que se atentem para as peculiaridades do nosso Estado e os desejos de nossa população. De repente, é difícil para nós que estamos nesta Casa defender a criação de municípios, que a população anseia há muitos anos, porque uma Lei Federal limita as nossas ações como Deputados Estaduais, e que não recaia depois as responsabilidades sobre nós. Da mesma forma, a questão da pesca. A gente sabe que leis ambientais são leis em que a nossa competência legislativa é muito pequena. Muitas vezes ficamos impotentes diante de causas que o Legislativo Estadual não tem alcance para modificar. Da mesma forma, como colocou aqui o Deputado **Soldado Sampaio,** na questão da PM. Nós temos a nossa lei, temos o nosso quadro, mas temos um caráter diferencial, que são os PMs do ex-Território e os PM do Estado de Roraima. É uma situação que também é complicada. Com relação aos PMs do ex-Território, é complicado para a Assembleia Legislativa dar soluções. Da mesma forma, eu estava ouvindo e aqui eu vou dizer, porque eu fiz uma campanha dizendo isso. Questão de vale-alimentação, que é um programa social, mas não posso ter um Estado com 400 mil habitantes onde 65 mil famílias, 350 mil pessoas, recebem vale-alimentação. Isso realmente é uma realidade. Com certeza, nós vamos ter um grupo de grande importância para o Estado de Roraima. Sejam todos bem vindos!

O Senhor Deputado **Joaquim Ruiz:** Como sou professor de história por formação, acho que ninguém no mundo vive mais a história do município, estado do que o repórter; ele estar sempre na linha de frente, ele é quem registra a notícia, então, quero parabenizar os repórteres pelo seu dia.

Quero registrar a presença dos meus amigos, Deputados: **Helton e Cascavel.**

Quero agradecer o Deputado **Flamarion Portela** sobre as colocações feitas sobre o vale solidário e sobre a minha história de vida, e agradecer também o Deputado **Mecias.** Quero dizer que sou a favor dos projetos sociais; acho que a minha vida pública foi voltada para a área social. Ocupei vários cargos na área, dentre eles: Secretário de Promoção, primeiro Secretário da Pasta da Secretaria do Trabalho, Vice Prefeito de Boa Vista, por duas vezes, Prefeito de Iracema e Mucajaí, Presidente do INCRA. O Problema do vale-solidário, nós Prefeitos vínhamos cobrando um recadastramento, principalmente quando Vossa Excelência fez aquele concurso público. A Sociedade reclamava que muita gente que passou no concurso estava empregada e recebendo vale-solidário. Houve criação dos novos Municípios e ainda houve denúncias que empresários estavam recebendo vale-solidário. É evidente que eu sou defensor do vale, até porque é a maior distribuição de renda. Quero trabalhar com Vossa Excelência e coloco-me à disposição, mas agora é importante que façamos esse novo cadastro, que há 6 anos não é feito, abrindo oportunidade para aqueles que estão fora do programa e que ainda estão na linha da pobreza, e tirar os que saíram da linha da pobreza, os que estão empregados e ganham mais de um salário mínimo, que passaram em concurso público, e que se faça a correção do valor e aumente o número de beneficiários. Esse é um compromisso que eu estou assumindo com a oposição e com os meus colegas. Esse programa é tão importante que se reverte em imposto, porque, a partir do momento que o empresário emite a nota, gera imposto, voltando como ICMS.

O Senhor Deputado **Xingu** - Quero parabenizar todos os repórteres pela passagem do seu dia, e fazer uma ressalva no que falou o Deputado **Flamarion** com relação ao vale alimentação. Tenho certeza que o Senhor falou muito bem, mas a história não mente. O Senhor foi Governador do Estado naquela ocasião e demitiu mais de

40 mil pessoas; foi o maior número de demissões do nosso Estado. Então, o vale-alimentação é instrumento para que as pessoas de baixa renda possam ter o mínimo na sua casa, mas o bom mesmo é quando a pessoa pode ter o seu emprego, a sua dignidade, quando pode ir ao supermercado, pagar as suas compras e dizer: eu sou cidadão. Então, não basta só criticar. O Senhor foi Governador e eu participei do seu Governo e tenho muito orgulho disso, mas o Senhor precisa lembrar que quem causou o maior desastre em demissões foi o Senhor. Quantas pessoas cometeram suicídio? Quantas foram embora? Quantas foram para o mundo do crime, porque perderam os seus empregos? A sua caneta foi tão pesada que muita gente morreu, todos sabem disso. Eu apenas estou contando parte da história de Roraima. Muitos não passaram no concurso, porque foi aberto para todo o Brasil. A Dona **Joana** não tinha a menor condição de concorrer com uma pessoa de 25 anos que veio de outros Estados, onde os pais pagavam para ele estudar. A Dona **Joana** estava acomodada há mais de 15 anos, perdeu o que tinha de melhor na sua vida que era o seu emprego, e recorre ao vale alimentação.

O Senhor Deputado Coronel **Chagas** - Senhor Presidente, caros colegas, inicialmente eu quero juntar-me ao Deputado Soldado **Sampaio** no tocante à legislação da Polícia Militar e do Corpo de Bombeiros. Vossa Excelência tem razão, nós já temos policiais militares e bombeiros há 10 anos no quadro do Estado e até hoje não temos uma legislação específica no tocante ao estatuto e quanto ao regulamento disciplinar desses militares. Digo de cadeira, porque quando fui comandante da Polícia Militar, por conta do acordo pelo fim da paralisação de servidores militares, foi estabelecido que o Governo preparasse um anteprojeto de lei que tratasse desses dois temas, e na condição de Comandante da Polícia Militar, juntamente com o Comandante do Corpo de Bombeiros, nomeamos através de portaria uma comissão conjunta que elaborou os anteprojetos. É um modelo moderno de estatuto disciplinar e encaminhamos à Procuradoria-Geral do Estado para emitir parecer, e, por incrível que pareça, estão há mais de 18 meses nas mãos da PROGE. Então, faço um apelo para que se faça o parecer e devolva-o a Polícia Militar, para que se leve ao Governador, para ser assinada a Mensagem Governamental. Não tem explicação um projeto de lei de urgência tramitar por tanto tempo para se emitir um parecer. Esse é um assunto de estrema importância para o policial militar e bombeiro, porque nós temos casos de militares que se acidentaram em serviço e foram reformados e seus proventos são uma miséria, diferentemente do que são os proventos dos militares do quadro da União, que tem um quadro previdenciário próprio. Os do quadro do Estado, quando reformados proporcionalmente, têm proventos muito baixos que não dá para sustentar a família. Da mesma forma ficam as viúvas dos bombeiros, e nós precisamos ter essa preocupação.

Quero registrar a presença nesta Casa do ex-Presidente desta Casa, Deputado **Aírton Soligo,** ex-Prefeito de Mucajaí, Ex vice-Governador, ex-Deputado Federal. A' sua ausência da política, mesmo que momentaneamente, é uma perda muito grande. Digo sempre que aprendi a fazer política com Vossa Excelência. Muitas vezes vi Vossa Excelência ser procurado por algum cidadão, e sempre ele dizia que, se fosse para ajudar, sem prejudicar, podia contar com ele, e, se prejudicasse alguém, não contasse com ele. Então, ele sempre teve essa sensibilidade e eu aprendi muito. Espero que volte logo para a política. Sei que Vossa Excelência tem sucesso na vida empresarial, gerando muitos empregos aqui e no Estado do Amazonas.

O Senhor Deputado **Flamarion Portela -** Agora a pouco, quando ocupei a Tribuna, não registrei o Deputado **Cascavel,** por não tê-lo visto. Momento em que o cumprimento neste momento.

Eu esperava algo dos Deputados de oposição, como do **Xingu,** ou **George Melo**, mas não esperava que fosse na primeira Sessão e com certo tom de agressividade, para responder a uma cobrança que fiz de forma respeitosa e franca. Disse até, Deputado **Joaquim Ruiz,** que estava falando de dentro do meu coração. Não agredir, não violentei, fiz apenas o meu papel. Agora, lamento que foi o primeiro posicionamento do Deputado **Xingu,** e a partir de agora eu vou deletar o Deputado, tudo que ele disser não há registro, porque, primeiro ele tem que se inteirar da história de Roraima, como o concurso se processou. Pode ter tido exagero, mas ninguém tem coragem de dizer, Deputado **Chagas,** Vossa Excelência que é um legalista, operador do direito, que tenha uma decisão judicial! Primeiro, não foram 40 mil pessoas, porque nem o Estado tinha 40 mil pessoas. Nós fizemos o concurso para 9 mil pessoas. Então, se tivesse, tinha 30 mil pessoas a mais. Se quer dizer alguma coisa tem que dizer com responsabilidade, com convencimento, com critério. Faço essa colocação de forma clara. Quero dizer que eu não vou fazer como fiz com o **Ivo Som.** Esse compromisso eu tenho com o Deputado **Guerra:** vou cobrar, criticar, fazer o meu papel, sem entrar nessa seara da pequenez. Eu sou um Deputado feliz, eu gosto do Parlamento. Talvez seja até ousadia dizer que sou mais feliz como Deputado do que fui como Governador. Então, em respeito a esta Casa, eu vou manter uma linha, claro que eu não sou de levar desaforo para casa. Mas vou procurar ter uma postura. Deputado **Joaquim Ruiz,** eu lamento a posição do seu vice-líder, que foi infeliz na primeira Sessão. Eu só elogiei Vossa Excelência, falei do mais profundo sentimento. Eu não esperava isso. Se ele é instrumento, que busque outra operadora, pois eu estou aqui para debater, isso faz parte, mas de forma respeitosa! Se não existir respeito, vira baderna. Muito obrigado!

O Senhor Presidente (**Chico Guerra) –** Não havendo mais nada a tratar, dou por encerrada a presente Sessão. Convido os Senhores Deputados para a próxima Sessão, dia 17, à hora regimental. Estiveram presentes à Sessão os Senhores Deputados: **Ângela Águida Portella, Aurelina Medeiros, Célio Wanderley, Chicão da Silveira, Chico Guerra, Diego Coelho, Erci de Moraes, Flamarion Portela, Brito Bezerra, Gabriel Picanço, George Melo, Coronel Chagas, Ionilson Sampaio, Jânio Xingu, Jean Frank Padilha, Joaquim Ruiz, Marcelo Cabral, Marcelo Natanael, Mecias de Jesus, Remídio Monai, Naldo da Loteria, Rodrigo Jucá e Soldado Sampaio.**

Aprovada Ata Sucinta em: 17/02/2011

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA
DO ESTADO DE RORAIMA
A Força do Povo
PRAÇA DO CENTRO CÍVICO, Nº 202, CENTRO